






















**PROPOSTAS DE ALGUNS PARTIDOS/COLIGAÇÕES: Económicas e Financeiras, Habitação, Segurança Social, SNS, Imigração e Emigração**  
(tal como aparecem nos respectivos programas)

							
<b>Cenário Macroeconómico</b>	A coligação AD prevê para 2024 um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real de 1,5%, acelerando progressivamente até atingir 3,2% em 2028 e 2029. Este crescimento será impulsionado principalmente pelo aumento do investimento, que deverá crescer de 1,7% em 2024 para 4,4% em 2025, atingindo 6,0% em 2026, antes de estabilizar entre 3,4% e 4,0% nos anos seguintes. O PIB potencial aumenta ao longo do período, de 2,3% em 2024 para 3,4% em 2029, indicando um aumento da capacidade produtiva da economia portuguesa. O hiato do produto, que mede a diferença entre o PIB real e o potencial, estreita gradualmente, passando de 0,7% em 2024 para -0,2% em 2029.	Crescimento médio do PIB real de 2% ao ano; emprego com crescimento médio de 1,3%; produtividade do trabalho 0,9%; inflação (IHPC) cerca de 2,3%; dívida pública decresce de 90,4% em 2025 para 76,6% em 2029; cenário pruden-te baseado em previsões das instituições.	PIB (%) 2,4 (2025), 2,5 (2026), 2,3 (2027), 2,4 (2028), 2,0 (2029) Consumo privado: 3,0, 2,7, 2,4, 2,4, 2,0 Consumo público: 1,0, 0,8, 0,6, 0,5 Formação Bruta de Capital Fixo: 6,5, 6,0, 1,2, 2,3, 2,4 Exportações/Importações e outros indicadores também detalhados (cenário baseado nas previsões do BNP e do CFP)	Não apresenta um cenário macroeconómico explícito.	Não apresenta um cenário macroeconómico explícito.	Defende um crescimento económico sustentável através do aumento do investimento público (até 5% do PIB), da reindustrialização, do fortalecimento da produção nacional e da valorização do trabalho. O programa rejeita os constrangimentos da União Europeia, como o Pacto de Estabilidade e a moeda única, propondo a recuperação de instrumentos de política monetária e orçamental.	Defende um Novo Pacto Verde com investimento público nacional e europeu, e projeta a diversificação da economia, com reforço do papel das PME e da economia verde e digital.
<b>Saldo Orçamental</b>	A coligação AD projeta uma evolução equilibrada das finanças públicas ao longo da legislatura. Em 2024, prevê-se um saldo orçamental positivo de 0,7% do PIB, que se manterá ligeiramente positivo nos anos seguintes, oscilando entre 0,1% e 1,3% até 2029.	Saldo orçamental (% PIB): 2025: 0,1%; 2026: -0,4%; 2027: 0,0%; 2028: 0,0%; 2029: 0,1%.	Saldo orçamental (% PIB): 0,2 (2025), 0,0 (2026), 0,2 (2027), 0,4 (2028), 0,5 (2029)	Compromisso com orçamentos equilibrados, fim de défices sistemáticos, contenção do crescimento da despesa e eliminação de gastos ineficientes. Redução do IRS do trabalho (2026-2029): 2.400M€, IRS do património (2026-2029): 300M€, IVA da construção (2027-2029): 500M€, IRC para 15% (2026-2028): 1.750M€, IRC tributação autónomas (2026-2029): 500M€, Derrama Estadual (2026-2029): 800M€. Redução da despesa em 5.000M€ e aumento de receita em 1.250M€	O Bloco de Esquerda rejeita a obsessão com saldos orçamentais positivos à custa de cortes nos serviços públicos e no investimento. Defende que o equilíbrio orçamental deve ser uma consequência do crescimento económico sustentável, e não um objetivo em si.	O partido propõe a utilização plena das margens orçamentais disponíveis – como os 3% de défice permitidos pela UE – para responder às necessidades sociais e económicas do país, investindo em áreas como saúde, educação e infraestruturas.	Freterre definir o uso de excedentes orçamentais, priorizando o investimento público estratégico em vez da simples redução da dívida pública.
<b>Dívida Pública</b>	A dívida pública deverá seguir uma trajetória descendente, de 94,9% do PIB em 2024 para 75,1% em 2029	Dívida pública (% PIB): 2025: 90,4%; 2026: 86,8%; 2027: 83,5%; 2028: 80,0%; 2029: 76,6%.	Dívida pública (% PIB): 93,0 (2025), 90,5 (2026), 88,0 (2027), 85,0 (2028), 82,0 (2029)	Meta de convergência da dívida pública para os 60% do PIB.	O Bloco de Esquerda defende uma gestão responsável da dívida pública, mas recusa políticas de austeridade que sacrificam o investimento público e os direitos sociais em nome da sua redução. Propõe uma renegociação da dívida nos casos em que os encargos comprometem o desenvolvimento do país, e defende que o crescimento económico, impulsionado por salários dignos e serviços públicos fortes, é o melhor caminho para reduzir o peso da dívida no longo prazo. O objetivo é garantir finanças públicas sustentáveis sem comprometer a justiça social e o coesão económica.	Defende uma política de redução do peso da dívida pública com base no crescimento económico e não em cortes no investimento e nos serviços públicos. recusa as metas impostas pela União Europeia que subordinam a política orçamental a critérios de austeridade.	Defende uma abordagem equilibrada entre investimento público e redução da dívida, evitando cativções excessivas.
<b>IRS</b>	A coligação AD propõe uma redução significativa do IRS, com um custo total de 2.000 milhões de euros até 2029, sendo 500 milhões já em 2025. A prioridade é aliviar a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho, com especial enfoque na classe média. Entre as medidas concretas destacam-se: Redução das taxas marginais do IRS até ao 8.º escalão, entre 0,5 e 3 pontos percentuais face a 2023. Alargamento do IRS Jovem a todos os jovens até aos 35 anos, independentemente do seu grau de escolaridade, com isenção parcial de rendimentos durante 10 anos (100% nos primeiros anos e gradualmente até 25%). Atualização automática dos escalões e tabelas de retenção de IRS, indexada à inflação e à produtividade, para evitar aumentos indesejados da carga fiscal. Isenção de IRS e contribuições sobre prémios de desemprego, até ao equivalente a um vencimento mensal ou 6% do salário base anual. Duplicação da consignação de IRS para entidades do setor social (de 0,5% para 1%).	Uma das principais medidas propostas é a criação de um "Ano Zero" no IRS Jovem. Esta iniciativa visa beneficiar os jovens que iniciam a sua atividade profissional no segundo semestre de um determinado ano, permitindo-lhes usufruir da isenção fiscal desde o início, sem que isso penalize o seu primeiro ano de isenção. Além disso, esta medida assegura que os trabalhadores-estudantes não sejam prejudicados, permitindo rendimentos anuais até ao valor de 14 salários mínimos sem perda de benefícios fiscais. O PS propõe ainda o reforço das deduções em sede de IRS com encargos com rendas, aumentando o valor máximo dedutível de 600 para 800 euros. Esta medida visa apoiar sobretudo os jovens e famílias com encargos habitacionais elevados, aumentando o seu rendimento disponível. Estas propostas enquadram-se numa lógica de continuidade da trajetória de decisão do IRS já implementada entre 2015 e 2023, durante a qual o PS reduziu este imposto em cerca de dois mil milhões de euros. A esta redução somou-se uma nova desceda de 1.300 milhões de euros em 2024, já em vigor no início do ano e aprovada pelo PS antes da atual legislatura.	Reforma das taxas de IRS: Introdução de duas taxas fixas de IRS (modelo simplificado tipo "flat tax progressiva"): 15% para rendimentos até 39.999€ anuais; 30% para rendimentos acima desse patamar. Isenção total de IRS para quem auferir até 14.630€ anuais, aliviando a carga fiscal sobre rendimentos baixos e médios. Isenção do chamado "15,5 mês"; o partido propõe que o subsídio de Natal ou qualquer rendimento extra até 1/14 do rendimento anual esteja isento de IRS, como forma de devolução de rendimentos às famílias. Famílias e natalidade: -Deduções específicas em sede de IRS para apoiar as famílias: Aumento das deduções para despesas com educação, saúde, habitação (renda ou crédito) e Planos de Poupança Reforma (PPR). -Criação de deduções progressivas no crédito à habitação para famílias com 3 ou mais filhos; -Isenção de IRS para mulheres com três ou mais filhos, enquanto estes forem dependentes; -Isenção de IRS para famílias monoparentais até aos 35 anos do adulto responsável; -Dedução total de despesas com cuidadores informais e pessoas a cargo. IRS Jovem – Apoio aos jovens trabalhadores Proposta no regime do IRS Jovem: Isenção total de IRS até preferir 100.000€ de rendimentos acumulados desde o início da carreira profissional (aplicável até aos 35 anos); -Após esse limite, o jovem passaria a integrar a flat tax de 15%, em vez da progressão tradicional por escalões; -Revisão do regime atual: -Apenas seriam contabilizados os anos com rendimentos acima de um valor mínimo (evita penalizar quem começou a trabalhar cedo); -Simplificação e transparência da aplicação do regime; -Abrangência mais justa para todos os perfis de entrada no mercado de trabalho. Fomento da poupança e investimento -Deduções por investimentos em contas poupança isentas de imposto, semelhantes aos modelos ISA britânico ou TFSAs canadiano; -Benefícios adicionais para investimento em habitação, educação ou	A proposta inclui a substituição do atual sistema de nove escalões por um sistema de duas taxas fixas: Até ao Salário Mínimo Nacional 0% (isento) Entre Salário Mínimo e 16.708€ 15% Acima de 26.708€ 28% Esta estrutura visa tornar o sistema mais justo e simples. A isenção até ao Salário Mínimo será aplicada através do aumento da dedução específica e eliminação do sistema de mínimo de existência atual. Embora não haja menção específica a um "IRS Jovem" no modelo tradicional, a proposta da IL contempla tratamento especial para jovens trabalhadores independentes, alinhando-os com os benefícios de isenção parcial já existentes para trabalhadores por conta de outrem: -Retenção de IRS mais baixa para jovens independentes. -Reconhecimento do caráter sazonal/experimental do trabalho jovem (ex: artístico, tecnológico). Proposta de tratamento fiscal justo para garantir que nenhum jovem é prejudicado no acesso a bolsas de estudo ou apoios sociais devido ao tipo de contrato.	Defende o enquadramento obrigatório dos rendimentos de capital e património, o aumento do mínimo de existência e a atualização dos escalões com base na inflação. Pretende ainda simplificar a consignação do IRS, permitindo que cada contribuinte escolha várias entidades beneficiárias, reforçando o papel social do imposto.	Propõe aprofundar a progressividade do IRS, com a redução das taxas para os rendimentos mais baixos e intermédios em três pontos percentuais, e a criação de um novo escalão com uma taxa de 56% para rendimentos superiores a 250 mil euros por ano. Defende a atualização anual dos escalões, deduções e mínimo de existência segundo a inflação, e o enquadramento obrigatório de todos os rendimentos acima dos 80 mil euros anuais. O partido propõe ainda o fim do regime fiscal para residentes não habituais, por considerar que promove iniquidades fiscais e distorções no sistema.	Aumento de progressividade: -Revisão das taxas e escalões para reforçar o caráter progressivo do IRS, reduzindo a carga fiscal sobre os rendimentos mais baixos e aumentando-a nos rendimentos mais altos. -Enquadramento obrigatório: -Inclusão de todos os rendimentos (do trabalho, capitais, prelaais, etc.) num só cálculo para efeitos de tributação, eliminando a fragmentação fiscal. -Revisão do primeiro escalão: -Elevação do limite do primeiro escalão para se aproximar da mediana salarial nacional, aliviando a carga fiscal sobre os rendimentos mais baixos. -Atualização com a inflação: -Ajustes automáticos anuais nos escalões, mínimo de existência, deduções à coleta e dedução específica, para proteger o poder de compra. -IRS Jovem: -Revisão deste regime para o tornar mais eficaz na fixação de jovens no país, possivelmente ampliando os benefícios ou estendendo o período de aplicação. -Consignação do IRS: -Permitir a consignação do IRS a até 4 entidades diferentes (por ex., IPSS, associações culturais), com liberdade na distribuição da percentagem atribuída a cada uma. -Justiça fiscal: -Redução da dependência dos impostos sobre rendimentos do trabalho, equilibrando com maior tributação sobre o capital e património.
<b>IRC</b>	A coligação AD propõe uma redução estrutural e progressiva do IRC, com o objetivo de tornar o sistema fiscal mais competitivo e atrativo para o investimento, especialmente nas pequenas e médias empresas (PMEs). As principais medidas incluem: Redução transversal da taxa de IRC, com meta de: 17% para empresas em geral; 15% para PMEs. Deduções fiscais para empresas que aumentem salários, independentemente da abrangência dos aumentos dentro da empresa. Redução das tributações autónomas sobre viaturas de empresas. Dedução de mais-valias e dividendos obtidos por pessoas singulares quando reinvestidos na capitalização de empresas. Simplificação do sistema fiscal, com medidas como a simplificação da IES e prazos mais flexíveis para obrigações declarativas. Transposição das regras internacionais da OCDE/IE para garantir uma tributação mínima efetiva de 15% para grandes grupos multinacionais, em linha com o Pilar 2 do acordo BEPS. Promoção do investimento nas regiões do interior, com benefícios fiscais adicionais para atividade e investimento nesses territórios. Propostas para a derrama municipal e estadual: -Eliminação gradual da progressividade da derrama estadual. -Eliminação da derrama municipal em sede de IRC.	Propõe aprofundar uma política de decisão seletiva do IRC, direcionada especificamente para empresas que reinvestem os seus lucros em atividades produtivas, valorizam os salários e promovem boas práticas sociais. Neste sentido, o PS compromete-se a reformar e racionalizar o regime de benefícios fiscais ao investimento e à inovação. O objetivo é premiar fiscalmente as empresas que se destacam em áreas como a tecnologia, internacionalização, inovação, valorização salarial e responsabilidade social, alargando as condições de elegibilidade e tornando os mecanismos mais eficazes. O programa também sugere a avaliação e eventual racionalização do Incentivo Fiscal à Investigação Científica e Inovação (IFICI), ajustando a sua abrangência e critérios de atribuição, para garantir que serve efetivamente os objetivos de desenvolvimento económico e modernização do tecido empresarial.	Redução e simplificação do IRC O CHEGA propõe uma redução progressiva da taxa de IRC para 15% até 2028, com fases de transição a cada ano fiscal, como medida de estímulo ao investimento e à criação de emprego. Esta taxa reduzida será aplicada com prioridade às empresas que operem no interior do país, como forma de dinamizar a economia regional e combater a desertificação populacional. Pretende-se uma simplificação do regime de tributação, com: -Eliminação de benefícios fiscais excessivamente burocráticos; -Substituição por incentivos automáticos e universais, com base em critérios de volume de negócios, reinvestimento de lucros e criação de postos de trabalho. Eliminação da derrama estadual O CHEGA defende a eliminação da derrama estadual sobre o IRC, alegando que esta representa um desincentivo ao crescimento das empresas de média e grande dimensão. -Considera que a derrama penaliza o sucesso e limita o investimento em expansão empresarial. Incentivos ao investimento e inovação -Proposta de deduções fiscais automáticas para: -Empresas que reinvestam lucros em I&D, modernização tecnológica ou sustentabilidade; -Empresas que criem emprego qualificado, especialmente para jovens e trabalhadores em zonas de baixa densidade; -Startups tecnológicas ou agrícolas com forte impacto local. Introdução de um regime fiscal mais favorável para empresas exportadoras, visando aumentar a competitividade externa de Portugal. Formação e capital humano -Criação de benefícios no IRC para empresas que: -Invistam na formação dos seus trabalhadores; -Estabeleçam protocolos com instituições de ensino para formação em contexto real. Empresas verdes e sociais Introdução de benefícios fiscais em sede de IRC para empresas com práticas ambientais e de responsabilidade social certificadas. -Valorização das empresas com práticas de economia circular, gestão energética	1. Redução da Taxa Geral Redução da taxa nominal de IRC dos atuais 21% para 15% até 2030, com um ritmo gradual e previsível. 2. Eliminação de Tributações Autónomas As tributações autónomas (que incidem sobre despesas das empresas, como viaturas e ajudas de custo) são vistas como um imposto adicional injusto e distorcionário. A Iniciativa Liberal propõe a revogação completa destas tributações até 2030. 3. Fim da Derrama Estadual A IL propõe eliminar a Derrama Estadual, que atualmente agrava a carga fiscal de empresas com lucros superiores a 1,5 milhões de euros. 4. IRC Jovem Empresário Criação de incentivos para jovens empreendedores, incluindo: -Reduções de IRC para startups. -Regime especial de deduções para reinvestimento de lucros no crescimento e inovação. 5. Deduções Fiscais Estratégicas As empresas poderão deduzir até 150% dos investimentos realizados em: -Investigação e Desenvolvimento (I&D); -Exportações; -Expansão do negócio. Válido para empresas que criem emprego qualificado ou promovam inovação.	O Bloco de Esquerda defende uma tributação mais justa sobre os lucros empresariais, propondo a aplicação de uma taxa agravada sobre os lucros excessivos das grandes empresas, especialmente nos setores da energia, distribuição e banca. Pretende limitar os benefícios fiscais injustificados e combater a transferência de lucros para paraísos fiscais. O Bloco propõe ainda a imposição de limites aos lucros salariais dentro das empresas, impedindo que os gestores recebam dezenas de vezes mais que os trabalhadores da mesma organização.	O PCP propõe uma reforma do IRC que aprofunde a sua progressividade. Defende a criação de um novo escalão com taxa de 12,5% para micro, pequenas e médias empresas (MPME) sobre lucros até 15.000€, e uma derrama estadual de 14% para empresas com lucros superiores a 50 milhões de euros. Além disso, propõe uma taxa extraordinária dos lucros da banca, do setor energético e da grande distribuição, e o fim dos benefícios fiscais que beneficiam os grandes grupos económicos.	Sobretaxa extraordinária progressiva: -Introdução de uma sobretaxa em sede de IRC para empresas com lucros iguais ou superiores a 1,5 milhões de euros. -Aplica-se a setores estratégicos como: energia, banca, seguros, imobiliário, distribuição alimentar e armamento. -Revisão da taxa geral de IRC: -Proposta de revisão com o objetivo de não beneficiar desproporcionalmente as grandes empresas. -A medida visa aumentar a justiça fiscal, potencialmente ajustando as taxas para beneficiar as Pequenas e Médias Empresas (PME). -Tributação de multinacionais: -Garantir que as grandes multinacionais que operam em Portugal paguem impostos no país onde geram lucros, mesmo que estejam sediadas em paraísos fiscais ou outros países com regimes fiscais favoráveis. -Adoção de medidas para impedir práticas de planeamento fiscal agressivo, como a transferência de lucros para outras jurisdições. -Apoio a iniciativas internacionais e europeias para criar uma tributação mínima global eficaz para empresas multinacionais.
<b>IVA</b>	Entrega automática da Declaração Periódica de IVA para pessoas singulares sem operações tributáveis – facilitando obrigações fiscais de pequenos contribuintes. Desmaterialização dos Registos de IVA, para promover uma administração mais digital e eficiente. Armonização dos prazos para pedido de pagamento em prestações do IVA, tornando-os mais flexíveis e acessíveis. Harmonização dos prazos para cumprimento de obrigações declarativas relativas ao IVA. Eliminação da reunião de regularização em sede de inspeção tributária, reduzindo encargos e tempo processual. Estas medidas fazem parte de uma agenda mais ampla de simplificação fiscal e modernização da administração tributária	Uma das principais propostas é tornar permanente a medida do IVA Zero sobre um cabaz de bens alimentares essenciais. Esta medida passará a ter caráter definitivo. O PS compromete-se também a monitorizar continuamente este cabaz, para assegurar que as margens de lucro da distribuição não anulem os benefícios fiscais destinados às famílias. Outra proposta relevante é a aplicação da taxa reduzida de 6% do IVA a toda a fatura de eletricidade para consumidores com potência contratada até 6,9 kVA. Esta medida, atualmente limitada, será alargada de forma a beneficiar 5,3 milhões de consumidores (contra os 3,4 milhões atualmente abrangidos).	Redução da taxa normal de IVA de 23% para 21%, aliviando a carga fiscal sobre o consumo geral. IVA zero para bens alimentares essenciais, combatendo os efeitos da inflação sobre os produtos básicos. Taxa reduzida de IVA para: Garrafas de gás, atendendo à importância energética para as famílias; Projetos e construção de imóveis destinados a habitação, com aplicação de 6% de IVA, incentivando a oferta de habitação acessível. Aumento do limite de isenção de IVA para ENH (Empresários em Nome Individual), promovendo a atividade económica de pequenos negócios.	1. Aumento do limite de isenção de IVA para Trabalhadores Independentes: A Iniciativa Liberal propõe aumentar o limite do regime de isenção de IVA de 15.000€ para 25.000€ anuais. 2. Redução do IVA na Construção e Reabilitação: Proposta de redução do IVA sobre construção e reabilitação urbana de 23% para 6% ou 13% (consoante os casos) 3. IVA na Cultura, Desporto e Educação: Proposta de reduzir o IVA para bens e serviços culturais, educativos e desportivos. 4. Revisão da Estrutura de Taxas de IVA: Proposta de simplificação da estrutura de taxas de IVA.	O Bloco de Esquerda propõe a descida do IVA sobre bens essenciais, como energia, água, gás e produtos alimentares básicos, para aliviar o custo de vida das famílias. Defende a aplicação de taxas reduzidas a serviços fundamentais, como reparações (no âmbito da economia circular) e cultura.	Propõe a criação de um cabaz alargado de bens essenciais sujeitos a taxa reduzida de 6%, incluindo toda a eletricidade, o gás natural, o gás de botija, as telecomunicações e todos os produtos para alimentação humana. Para além disso, defende a redução da taxa normal de IVA, com o objetivo de aliviar o custo de vida e combater a regressividade fiscal.	Redução permanente do IVA sobre energia: Tornar permanente e incondicional a redução do IVA de 23% para 6% nos serviços essenciais de fornecimento de energia, incluindo eletricidade e gás engarrafado, sem limite de consumo ou potência. IVA reduzido para equipamentos de eficiência hídrica: Aplicar uma taxa de IVA de 6% para equipamentos que aumentem a eficiência no consumo de água, como: -rega gota-a-gota, -sensores e automatização, -bombas, telas de solo, charcas de retenção de água, etc.. IVA reduzido para produtos biológicos nacionais: Proposta de IVA reduzido para produtos "bio" produzidos integralmente em Portugal, como forma de incentivar a agricultura biológica e o consumo sustentável. Redução ou isenção de IVA em serviços de reparação: Como parte da estratégia de economia circular, o partido propõe redução ou isenção do IVA em serviços de reparação, para combater a obsolescência programada e incentivar produtos duráveis e reparáveis. Redução do IVA na reparação de bicicletas: Apoio à mobilidade sustentável com proposta de redução do IVA aplicado à reparação de bicicletas. Dedução de IVA em produtos culturais: Permitir a dedução do IVA cobrado na aquisição de livros, produtos e atividades culturais em sede de IRS.








**PROPOSTAS DE ALGUNS PARTIDOS/COLIGAÇÕES: Económicas e Financeiras, Habitação, Segurança Social, SNS, Imigração e Emigração**  
(tal como aparecem nos respectivos programas)

								
<b>IMI</b>	Sem medidas diretas especificadas no documento.	Não mencionadas alterações específicas no IMI no programa analisado.	Fim do Adicional ao IMI (AIMI); eliminação total do Adicional ao IMI (AIMI). Isenção de IMI para habitação própria: isenção de IMI para famílias que comprem casa própria para habitação permanente até ao valor de 350.000€. Medida aplicável a Jovens até aos 40 anos, mesmo que apenas um dos membros do casal cumpra o critério; Famílias com filhos, como estímulo à natalidade; Famílias com menor capacidade contributiva, numa lógica de progressividade indireta. Incentivos familiares e sociais: - Proposta de isenção ou redução de IMI para: - Famílias numerosas (3 ou mais filhos); - Famílias monoparentais; - Famílias com membros portadores de deficiência; - Proposta de extensão da isenção para famílias que residam em zonas de interior ou territórios de baixa densidade. - Promoção da reabilitação e uso de imóveis - Proposta de redução ou isenção de IMI para imóveis reabilitados e efetivamente utilizados para habitação; - Penalização de imóveis devolutos ou devolução parcial do IMI pago por quem recupere para uso próprio ou arrendamento acessível. - Revisão dos critérios de avaliação patrimonial - O CHEGA defende uma revisão profunda do sistema de avaliação dos imóveis para fins de IMI: - Tornar o cálculo do VPT mais transparente, atualizado e alinhado com o valor de mercado; - Evitar que aumentos automáticos de IMI ocorram sem melhoria das condições urbanísticas ou do imóvel.	Isenção total de IMI sobre habitação própria e permanente para pessoas com deficiência igual ou superior a 60%.	O Bloco de Esquerda propõe um aumento do IMI para imóveis de luxo e para casas devolutas em zonas de pressão urbanística. Defende ainda a eliminação de isenções injustificadas para grandes fundos imobiliários e bancos, reforçando a justiça fiscal no setor da habitação. Paralelamente, pretende manter ou reforçar as isenções para habitação própria e permanente de famílias com baixos rendimentos.	Propõe a redução da taxa máxima do IMI de 0,45% para 0,4%, beneficiando as famílias com rendimentos mais baixos. Defende ainda o alargamento da isenção do IMI para agregados familiares com rendimentos muito reduzidos e pessoas com deficiência, promovendo maior justiça social. Por outro lado, propõe o alargamento do Adicional ao IMI (AIMI) para alargar patrimónios imobiliários superiores a 500 mil euros	Reforço da tributação do património não habitacional: - Propõem aumentar o IMI para imóveis que não estejam afetos a habitação permanente, nomeadamente: imóveis pertencentes a fundos de investimento imobiliário, sociedades de investimento, e grandes proprietários com imóveis devolutos ou em subutilização.	
<b>IMT</b>	Isenção de IMT e Imposto de Selo para jovens até 35 anos na compra da primeira casa.	Não mencionadas alterações específicas no IMT no programa analisado.	O CHEGA propõe a isenção total de IMT para a aquisição de primeira habitação própria e permanente, até ao limite de 350.000€. A isenção aplica-se a: - Jovens até aos 40 anos, mesmo que apenas um dos elementos do casal cumpra o requisito edário; - Famílias com filhos, incentivando a natalidade; - Aquisições em zonas de interior, como estímulo à coesão territorial. Isenção alargada em políticas de fixação Alargamento do benefício a: - Jovens casais que se fixem no interior do país; - Jovens que reabilitem imóveis devolutos com fins habitacionais; - Emigrantes portugueses regressados que adquiram casa própria após retorno. Incentivo à construção e reabilitação Possibilidade de isenção ou redução de IMT em transmissões de imóveis destinados a reabilitação urbana ou construção de habitação permanente para: - Primeira casa; - Arrendamento acessível; - Projetos de construção modular ou cooperativa. Desburocratização e justiça fiscal O CHEGA defende a revisão dos escalões e taxas de IMT para os tornar mais claros, previsíveis e menos penalizadores para quem adquire habitação própria; - Pretende-se eliminar situações em que famílias são penalizadas por pequenas variações no valor declarado do imóvel que as colocam num escalão superior.	Isenção total de IMT para pessoas com deficiência igual ou superior a 60%, na aquisição de habitação própria e permanente.	O Bloco de Esquerda defende a reformulação do IMT para penalizar as transações especulativas de imóveis de luxo e para grandes investidores, como fundos imobiliários. Propõe a eliminação de isenções fiscais injustificadas aplicadas a estes agentes e a introdução de uma lógica progressiva no imposto, de modo a garantir maior justiça no acesso à habitação.	Propõe o fim das isenções injustificadas para fundos imobiliários e grandes investidores, e a aplicação de taxas mais elevadas sobre transações especulativas e imóveis de luxo.	Tornar o IMT progressivo: O partido propõe uma alteração do IMT para que este passe a ser progressivo, tal como o IRS, ou seja, com taxas que aumentam consoante: - o valor por metro quadrado do imóvel (valor €/m²), - a tipologia e dimensão dos fogos habitacionais.	
<b>Outros Impostos/Medidas Fiscais</b>	Reduções e Benefícios Fiscais - Isenção de IRS e contribuições sobre prémios de produtividade até 6% da remuneração base anual ou até 1 salário mensal. - Devolução de mais-valias e dividendos quando reinvestidos em capitalização de empresas. - Redução das tributações autónomas sobre viaturas de empresa em sede de IRC. - Benefícios fiscais para empregadores que aumentem salários. Simplificação e Modernização Fiscal - Entrega automática da declaração periódica de IVA para contribuintes singulares sem atividade tributável. - Desmaterialização de registos de IVA e outros procedimentos fiscais. - Harmonização de prazos fiscais (como certidões de não dívida e obrigações declarativas). - Eliminação do processo individual dos contribuintes. - Fixação de IOR como valor mínimo para reembolso de imposto do Selo. - Simplificação do imposto de Selo em transmissões gratuitas. - Incentivos à Poupança e Investimento - Regulamentação de produtos como o Produto Europeu de Poupança, aproximando-o ao Plano Poupança-Reforma nacional. - Promoção da capitalização das empresas como forma de fortalecimento do tecido económico. - Transparência e Justiça Fiscal - Atualização automática das tabelas de IRS conforme inflação e produtividade. - Duplicação da consignação de IRS para entidades do setor social (de 0,5% para 1%).	Redução de 20% do IUC para veículos de média cilindrada pós-2007.	1. Eliminação de Tributações Autónomas Consideradas penalizações injustificadas sobre despesas empresariais (ex: viaturas, ajudas de custo). A II. propõe a sua renegociação completa até 2030. 2. Criação de um Provedor do Contribuinte Um novo órgão independente, com competências para: - Representar os interesses dos contribuintes. - Fiscalizar abusos e má conduta por parte da Autoridade Tributária. - Sugerir melhorias legislativas e operacionais. 3. Reforma dos Pagamentos por Conta Flexibilização e possível extinção do modelo atual de pagamentos por conta obrigatórios, especialmente para pequenos negócios e profissionais independentes. 4. Simplificação Fiscal Criação de um regime simplificado único e transparente, especialmente para: - Trabalhadores independentes. - Pequenas empresas. - Redução de burocracia, obrigações acessórias e custos de contexto. 5. Fim do Pagamento Especial por Conta (PEC) Proposta de eliminação deste adiantamento mínimo de IRC para empresas com lucros reduzidos ou inexistentes. 6. Harmonização Fiscal Europeia Alinhamento com boas práticas de neutralidade fiscal e livre circulação de capitais e trabalhadores na União Europeia. Avaliação de benefícios fiscais setoriais apenas se comprovadamente eficazes e auditáveis.	1. Eliminação de Tributações Autónomas Consideradas penalizações injustificadas sobre despesas empresariais (ex: viaturas, ajudas de custo). A II. propõe a sua renegociação completa até 2030. 2. Criação de um Provedor do Contribuinte Um novo órgão independente, com competências para: - Representar os interesses dos contribuintes. - Fiscalizar abusos e má conduta por parte da Autoridade Tributária. - Sugerir melhorias legislativas e operacionais. 3. Reforma dos Pagamentos por Conta Flexibilização e possível extinção do modelo atual de pagamentos por conta obrigatórios, especialmente para pequenos negócios e profissionais independentes. 4. Simplificação Fiscal Criação de um regime simplificado único e transparente, especialmente para: - Trabalhadores independentes. - Pequenas empresas. - Redução de burocracia, obrigações acessórias e custos de contexto. 5. Fim do Pagamento Especial por Conta (PEC) Proposta de eliminação deste adiantamento mínimo de IRC para empresas com lucros reduzidos ou inexistentes. 6. Harmonização Fiscal Europeia Alinhamento com boas práticas de neutralidade fiscal e livre circulação de capitais e trabalhadores na União Europeia. Avaliação de benefícios fiscais setoriais apenas se comprovadamente eficazes e auditáveis.	O Bloco de Esquerda propõe a criação de um imposto sobre grandes fortunas, aplicável a patrimónios superiores a cerca de 3 milhões de euros, com taxas progressivas até 3,5%. Defende também a tributação das grandes plataformas digitais e a eliminação de benefícios fiscais injustificados a grandes grupos económicos. Propõe medidas de combate à evasão fiscal e ao planeamento fiscal agressivo, incluindo o fim dos benefícios em offshore.	Tributação dos grandes grupos económicos, do capital e do património de elevado valor, alinhando os rendimentos do trabalho e o consumo essencial. Defende a eliminação de benefícios fiscais injustificados, o englobamento obrigatório dos rendimentos mais elevados, e a criação de um imposto sobre transações financeiras e sobre o património mobiliário acima de 500 mil euros. Pretende ainda tributar bens de luxo com impostos especiais de consumo e combater ativamente os paraísos fiscais, com medidas como uma taxa de 35% sobre transferências para jurisdições não cooperantes e o fim dos benefícios na Zona Franca da Madeira.	Criação de um imposto sucessório para grandes heranças e doações: - Aplicável apenas a grandes patrimónios. O objetivo é financiar uma "herança social"; um montante atribuído a todos os jovens ao atingirem a maioridade, promovendo igualdade de oportunidades. Taxa sobre transações financeiras: - Introdução de uma tributação sobre transações financeiras a partir de determinado limite, visando regular atividades especulativas e arrecadar receita adicional. Tributação sobre emissões de carbono e resíduos: - Criação ou reforço de impostos ambientais, nomeadamente sobre emissões de CO <sub>2</sub> e produção de resíduos, integrando o esforço de descarbonização e sustentabilidade ambiental. Regulação e tributação de criptoativos: - Pretende rever a legislação existente e assegurar que as operações com criptoativos sejam devidamente tributadas, evitando evasão e fugas fiscais. Tributação dos rendimentos de capitais: - Proposta de tornar obrigatório o englobamento dos rendimentos de capitais em sede de IRS ou, em alternativa, criar taxas liberatórias progressivas, em vez da taxa fixa atual. - Propostas para garantir que multinacionais paguem impostos onde geram os lucros, combatendo o planeamento fiscal agressivo e a erosão da base tributária. Redução do peso dos impostos sobre o trabalho: - Visam diminuir a carga fiscal sobre rendimentos do trabalho e reforçar a tributação sobre a riqueza e o capital, promovendo maior equidade. Revisão dos benefícios fiscais: - Reavaliar todos os regimes de benefícios fiscais, eliminando os que promovem práticas especulativas ou não geram impacto social positivo. Consignação de IRS mais flexível: - Permitir que cada contribuinte possa distribuir a percentagem do IRS consignado por até 4 entidades diferentes, à sua escolha.	
<b>Segurança Social</b>	Valorização das Pensões e Meeas Nenhuma pensionista com rendimento inferior a 870€. Aumento do Complemento Solidário para Idosos (CSI) de 550€ para 630€. Suplemento extraordinário atribuído a pensionistas com pensões mais baixas (até 200€). Medicamentos gratuitos para beneficiários do CSI. Promoção do envelhecimento ativo, com programas específicos. Apoio ao Emprego e Sustentabilidade Acordo Tripartido de Valorização Salarial e Crescimento Económico 2025-2028, envolvendo parceiros sociais. Medidas para incentivar o aumento da produtividade e valorização dos salários. Promoção de relações laborais estáveis e maior integração dos trabalhadores. Incentivo à Natalidade e Apoio às Famílias Valorização da família como pilar social. Apoio às famílias com gratuidade de creches e pré-escolar, e outras medidas sociais. Gestão Sustentável Compromissos com o equilíbrio orçamental e redução da dívida pública, para garantir a sustentabilidade futura da Segurança Social. Abertura à complementaridade público-privada, desde que sem pôr em causa os pilares do Estado Social.	Sustentabilidade e Equidade: O PS compromete-se a assegurar a sustentabilidade da Segurança Social, garantindo que continue a ser um pilar central do Estado Social e da proteção intergeracional. Valoriza uma lógica de equidade contributiva e redistributiva, respondendo ao envelhecimento da população e às mudanças no mercado de trabalho. Apoio à infância e às famílias Reforço do abono de família: Aumento de 50% no valor do abono para crianças entre os 3 e os 6 anos, em todos os escalões de rendimento. Gratuidade progressiva na educação pré-escolar e nas creches, universalizando o acesso a cuidados infantis essenciais. Licenças parentais e conciliação da vida profissional Alargamento das licenças parentais, promovendo uma partilha mais equilibrada entre mães e pais. Reforço da dispensa para amamentação/aleitação, facilitando o regresso faseado ao trabalho.	Informe e sustentabilidade do sistema O CHEGA pretende reformar o sistema de segurança social garantindo a sua sustentabilidade a longo prazo, com maior transparência na gestão e separação clara entre os diferentes pilares da proteção social (reformados, desempregados, apoio social, etc.). Defende uma reorganização das contas da segurança social, garantindo que os descontos feitos pelos trabalhadores são efetivamente destinados às suas futuras pensões. Propõe uma gestão autónoma e independente dos fundos de pensões, com auditorias externas regulares e uma reserva obrigatória para enfrentar crises económicas. Apoio à natalidade e à família Reconhece o papel central da segurança social no apoio às famílias numerosas e monoparentais: - Isenção de IRS para mães com três ou mais filhos; - Contabilização do trabalho doméstico e de cuidados (a descendentes ou ascendentes) para efeitos de reforma; - Antecipação da reforma para avós com netos a cargo e para mulheres por cada filho (2 anos de antecipação por filho, sem penalizações). Medidas para jovens - Isenção temporária das contribuições patronais à segurança social para empresas que contratem: - Jovens trabalhadores com contrato sem termo; - Jovens emigrantes portugueses que regressem ao país. - Reconhecimento do estatuto de trabalhador-estudante com isenção de penalizações e sem impacto nas prestações sociais ou bolsas até determinado limiar de rendimento. - Criação de um modelo de conta individual de segurança social para os jovens, que permita acompanhar e simular o impacto das suas contribuições futuras. Proposta de flexibilização dos regimes contributivos para jovens empreendedores e empresários em nome individual (ENI), reduzindo a carga contributiva inicial durante os primeiros anos de atividade. - Criação de um plano de educação para a literacia contributiva, para que os jovens compreendam melhor os seus direitos e deveres no sistema. Justiça intergeracional Defende um modelo misto de repartição e capitalização, permitindo aos trabalhadores	Proposta: Informe em 3 Pilares (Modelo Multiplilar) Pilar I – Repartição Pública Mantém-se o modelo atual, solidário e proporcional às contribuições. Com pensão mínima garantida e tecto máximo, para preservar a sustentabilidade do sistema. Pilar II – Capitalização Obrigatória Cada trabalhador terá uma conta individual obrigatória, com gestão pública ou privada. As contribuições produzem retorno direto, promovendo autonomia individual. Transição será gradual e faseada. Pilar III – Capitalização Voluntária Modelo semelhante às contas ISA (UK) ou 401(k) (EUA). Isenção total de impostos sobre juros, dividendos e mais-valias até 20.000€/ano investidos. Empresas podem contribuir também, com benefícios fiscais e sem tributação em IRS. Educação Financeira e Liberdade de Escolha A II. quer que os jovens saibam desde cedo como planear o seu futuro financeiro. Proposta inclui: - Criação de ferramentas digitais de simulação de reforma. - Incentivos ao ensino de literacia financeira nas escolas. Pensões Ocupacionais Sistema complementar onde empresas contribuem para as reformas dos seus trabalhadores. Fundos de pensões com perfil de risco escolhido pelo trabalhador. Levantamento apenas na idade da reforma, com comunicação regular de rendimentos, capital acumulado e comissões. Acesso ao Fundo de Garantia dos Alimentos Devidos a Menores: A criança (não o representante legal) passa a ser o titular do direito. Reforço a autonomia legal do menor e proteção direta em casos de abandono parental.	Definido a reforma aos 40 anos de descontos sem penalizações, o aumento das pensões mínimas e a valorização dos cuidados informais. Propõe a criação de um Serviço Nacional de Cuidados para apoiar crianças, pessoas com deficiência e idosos, libertando as famílias – em especial as mulheres – da sobrecarga dos cuidados. Pilar II – Capitalização Obrigatória Cada trabalhador terá uma conta individual obrigatória, com gestão pública ou privada. As contribuições produzem retorno direto, promovendo autonomia individual. Transição será gradual e faseada. Pilar III – Capitalização Voluntária Modelo semelhante às contas ISA (UK) ou 401(k) (EUA). Isenção total de impostos sobre juros, dividendos e mais-valias até 20.000€/ano investidos. Empresas podem contribuir também, com benefícios fiscais e sem tributação em IRS. Educação Financeira e Liberdade de Escolha A II. quer que os jovens saibam desde cedo como planear o seu futuro financeiro. Proposta inclui: - Criação de ferramentas digitais de simulação de reforma. - Incentivos ao ensino de literacia financeira nas escolas. Pensões Ocupacionais Sistema complementar onde empresas contribuem para as reformas dos seus trabalhadores. Fundos de pensões com perfil de risco escolhido pelo trabalhador. Levantamento apenas na idade da reforma, com comunicação regular de rendimentos, capital acumulado e comissões. Acesso ao Fundo de Garantia dos Alimentos Devidos a Menores: A criança (não o representante legal) passa a ser o titular do direito. Reforço a autonomia legal do menor e proteção direta em casos de abandono parental.	Definido a reforma aos 40 anos de descontos sem penalizações, o aumento das pensões mínimas e a valorização dos cuidados informais. Propõe a criação de um Serviço Nacional de Cuidados para apoiar crianças, pessoas com deficiência e idosos, libertando as famílias – em especial as mulheres – da sobrecarga dos cuidados. Pilar II – Capitalização Obrigatória Cada trabalhador terá uma conta individual obrigatória, com gestão pública ou privada. As contribuições produzem retorno direto, promovendo autonomia individual. Transição será gradual e faseada. Pilar III – Capitalização Voluntária Modelo semelhante às contas ISA (UK) ou 401(k) (EUA). Isenção total de impostos sobre juros, dividendos e mais-valias até 20.000€/ano investidos. Empresas podem contribuir também, com benefícios fiscais e sem tributação em IRS. Educação Financeira e Liberdade de Escolha A II. quer que os jovens saibam desde cedo como planear o seu futuro financeiro. Proposta inclui: - Criação de ferramentas digitais de simulação de reforma. - Incentivos ao ensino de literacia financeira nas escolas. Pensões Ocupacionais Sistema complementar onde empresas contribuem para as reformas dos seus trabalhadores. Fundos de pensões com perfil de risco escolhido pelo trabalhador. Levantamento apenas na idade da reforma, com comunicação regular de rendimentos, capital acumulado e comissões. Acesso ao Fundo de Garantia dos Alimentos Devidos a Menores: A criança (não o representante legal) passa a ser o titular do direito. Reforço a autonomia legal do menor e proteção direta em casos de abandono parental.	Propõe aumento anual de todas as pensões, com especial atenção às mais baixas, e a criação de novos escalões para longas carreiras contributivas: 510€ mensais para quem descontou 36 a 40 anos e 555,09€ (109% do IAS) para mais de 40 anos de descontos. O aumento geral para 2024 é de 7,5%, com um mínimo de 70€. Defende a eliminação do fator de sustentabilidade, que penaliza em 15,3% as pensões antecipadas, e o direito à reforma sem penalização aos 40 anos de carreira contributiva, subsídio de desemprego e o subsídio de doença (para doenças crónicas e oncológicas) também serão reforçados. Propõe ainda um complemento solidário para idosos de 554€, pago em 14 meses, e o aumento da prestação social para a inclusão para 358,44/mês, até atingir o limiar da pobreza. Na vertente institucional, propõe a criação de uma Rede Pública de Equipamentos e Serviços Sociais, a contratação de profissionais para reforçar os serviços e o combate à precariedade no setor.	Reforço das prestações sociais e pensões mínimas: Aumento progressivo dos valores mínimos das pensões não contributivas e das pensões mínimas do regime geral de Segurança Social. Combate às desigualdades de género nas pensões, com medidas específicas para mulheres. Valorização dos cuidadores informais: Acompanhamento e revisão do Estatuto do Cuidador Informal, para garantir: - Melhoria da qualidade de vida dos cuidadores, - Acesso a direitos laborais e proteção social, - Apoio financeiro e serviços de descanso. Apoio à parentalidade e igualdade de género: Reforço da participação dos homens na parentalidade. Incentivos à divisão equitativa das tarefas familiares e cuidados. Combate à precariedade laboral e reforço da proteção no desemprego: Aumento das taxas de cobertura e duração do subsídio de desemprego. Acesso ao subsídio em casos de despedimento por justa causa por parte do trabalhador (ex.: assédio, salários em atraso). Revisão da proteção em situações especiais de saúde: Exceções no sistema de verificação de incapacidades para doentes oncológicos. Adaptação gradual ao trabalho no regresso após doença grave, com acompanhamento especializado. Promoção da vida independente para pessoas com deficiência: Reforço dos Centros de Apoio à Vida Independente (CAVI). Apoio diretos e formação de assistentes pessoais. Melhoria da prestação social para a inclusão: Aumento do valor base e dos complementos. Garantia de retroatividade do pagamento desde o pedido de certificação da deficiência. Facilitação do acesso a reforma: Redução gradual e sustentável da idade da reforma. Alternativas como reformas parciais ou redução do horário de trabalho com idade. Proteção aos trabalhadores informais e em trabalho doméstico: Campanhas de informação e formalização de vínculos, Garantia de acesso à proteção social.
<b>Salário Mínimo</b>	Meta de 1.100€, já aumentado de 820€ para 870€ em 2024. A ambição da coligação é que o salário médio atinja os 2.000€ até 2028	Aumento anual de pelo menos 6%, atingindo €1.110 em 2029; objetivo de salário médio de €2.000 até 2029.	Meta de aumento para 1000€ até 2026 e 1150€ até 2029	Proposta Principal Transposição da Diretiva Europeia n.º 2022/2041 relativa a salários mínimos adequados na União Europeia, para um modelo português assente em: - Sistema de Banda Salarial - Criação de uma banda salarial com: - Um valor mínimo e um máximo de referência. - A ser revista anualmente com base em critérios objetivos como: Produtividade nacional; Custo de vida; Salário médio. - Negociação Setorial O valor efetivo do salário mínimo dentro da banda seria: - Negociado por setor de atividade, entre empregadores e sindicatos. - Fixado por via de contratação coletiva, respeitando as especificidades de cada setor. Papel do Estado: Se não houver acordo, o governo fixa administrativamente o valor dentro da banda, como último recurso.	O Bloco de Esquerda propõe aumentar o salário mínimo nacional para 1.000 euros já em 2026	Propõe o aumento do Salário Mínimo Nacional para 1.000€ já em julho de 2025, como ponto de partida para uma trajetória de valorização salarial que converja com o salário mínimo da Zona Euro Ao mesmo tempo, defende um aumento geral dos salários de pelo menos 15%, com um mínimo de 150€, a aplicar de imediato. Este aumento visa corrigir a perda de poder de compra e fomentar a dinamização da economia e do mercado interno. O partido também propõe uma estratégia de convergência acelerada com o salário médio da Zona Euro, propondo aumentos anuais do salário médio nacional superiores aos da média europeia nos próximos quatro anos. Estas medidas estão integradas numa política mais ampla de justiça social, que inclui a renegociação da cardialidade da contratação coletiva, valorização das carreiras públicas, combate à precariedade e redução do horário de trabalho para 35 horas semanais sem perda de salário.	Compromisso de aumentar para 1250€ até 2029.	

**PROPOSTAS DE ALGUNS PARTIDOS/COLIGAÇÕES: Económicas e Financeiras, Habitação, Segurança Social, SNS, Imigração e Emigração**  
(tal como aparecem nos respectivos programas)

							
<p align="center"><b>Habitação</b></p>	<p>A AD propõe uma estratégia integrada para resolver a crise da habitação, baseada no aumento da oferta, na simplificação de processos e na promoção do acesso a habitação digna e acessível.</p> <p>A prioridade é a execução acelerada das 59.000 casas públicas já previstas nos programas do Estado, como o 3º Direito e o PRH. A AD compromete-se a desbloquear os projetos existentes, simplificar os licenciamentos e garantir que estas sejam sejam efetivamente construídas e entregues às famílias.</p> <p>Para além da construção pública, a AD aposta num cheque de oferta envolvendo o setor privado e cooperativo. Defende a mobilização de imóveis públicos devolutos, a reabilitação urbana e a criação de novas soluções habitacionais, como o "build to rent", o "co-living" e a promoção de cooperativas de habitação.</p> <p>Preende ainda flexibilizar as regras urbanísticas, permitindo maior densidade de construção, o alargamento de perímetros urbanos em áreas sustentáveis e a revisão de Planos Diretores Municipais. Para reduzir os custos da habitação, a AD propõe a redução ou isenção de taxas urbanísticas e a aplicação da taxa reduzida de IVA (6%) às obras de construção e reabilitação.</p> <p>No mercado de arrendamento, a AD rejeita o controlo forçado de rendas e defende medidas que aumentem a confiança dos senhorios e dos arrendatários, promovendo contratos de longa duração e oferecendo apoios diretos aos arrendatários mais vulneráveis.</p> <p>Para os jovens, propõe medidas específicas de apoio ao acesso à habitação, como: Isenção de IMT e Imposto de Selo na compra da primeira casa até aos 35 anos. Isenção de IMT e Imposto de Selo na compra da primeira casa até aos 35 anos. Reforço e reformulação do programa Porta 65.</p> <p>Além disso, a AD compromete-se a desenvolver novas centralidades urbanas bem conectadas através de redes de transporte sustentável, reduzindo a pressão sobre os centros urbanos tradicionais.</p>	<p>Construção e reabilitação de habitação pública</p> <p>Criação de instrumentos normativos de financiamento para construção e reabilitação de habitação pública.</p> <p>Foco em responder às necessidades da classe média, jovens, trabalhadores deslocados e estudantes do ensino superior.</p> <p>As autarquias terão um papel central na execução dos projetos habitacionais.</p> <p>Financiamento com base em lucros da CGO</p> <p>Criação de benefícios fiscais para obras de reabilitação urbana.</p> <p>Incentivos à construção modular e reabilitação de imóveis devolutos, com financiamento público e/ou PPP.</p> <p>Maior envolvimento das autarquias para simplificar os processos e promover a habitação acessível.</p> <p>Medidas específicas para jovens e estudantes</p> <p>Isenção de IMT e Imposto de Selo na compra da primeira habitação própria e permanente até aos 40 anos, mesmo que apenas um dos membros do casal cumpra esse critério.</p> <p>Isenção de IMI sobre a primeira habitação jovem durante um período significativo (não especificado, mas previsto como estímulo à compra).</p> <p>Garantia bancária com 0% de juro no crédito à habitação para jovens pais até aos 35 anos.</p> <p>.Deduções progressivas no crédito à habitação a partir do terceiro filho.</p> <p>Incentivos fiscais para casas jovens que se fixem no interior, com filios ou que reabilitem imóveis devolutos.</p> <p>Arrendamento</p> <p>.Reforço e expansão do programa Porta 65 Jovem:</p> <p>.Alargamento do leque de beneficiários;</p> <p>.Redução da burocracia com apoio de tecnologia e IA para simplificar candidaturas;</p> <p>.Redução da resposta em tempo útil.</p> <p>Atribuição de complemento de residência para estudantes do ensino superior de agregados com baixos rendimentos.</p> <p>Regresso de jovens emigrantes</p> <p>Criação de um Programa Regressar específico para jovens emigrantes portugueses, com:</p>	<p>Propostas gerais</p> <p>Reforma do setor habitacional com medidas estruturais para aumentar a oferta:</p> <p>-Revisão e desburocratização do licenciamento urbanístico;</p> <p>-Redução da carga fiscal sobre construção e reabilitação (ex. IVA a 0% para construção de habitação própria);</p> <p>-Redução de custos associados à reabilitação urbana (como IVA e taxas);</p> <p>-Isenções específicas de IMT, IMI e Imposto de Selo para pessoas com deficiência.</p> <p>2. Cedência de Património Público para Arrendamento Acessível</p> <p>Em vez de construção direta pelo Estado, a IL propõe:</p> <p>1. Cédulas de terrenos e edifícios do Estado a privados e cooperativas.</p> <p>Contratos de concessão para construção e gestão de habitação a preços acessíveis.</p> <p>3. Código Único do Arrendamento</p> <p>Revisão e consolidação das regras de arrendamento num só diploma.</p> <p>Segurança jurídica para senhorios e inquilinos, promovendo:</p> <p>Contratos simples e claros.</p> <p>Resolução célere de litígios.</p> <p>Maior confiança no mercado.</p> <p>4. Revisão do Direito de Preferência do Estado</p> <p>A IL considera que este direito tem sido usado de forma abusiva, dificultando transações privadas.</p> <p>Propõe-se limitar ou eliminar este mecanismo, exceto em casos de comprovado interesse público.</p> <p>5. Aceleração do Licenciamento</p> <p>Licenciamento automatizado por deferimento tácito, desde que cumpridos critérios técnicos.</p> <p>Eliminação de burocracia desnecessária, com simplificação de processos urbanísticos.</p> <p>Incentivos à digitalização dos serviços municipais de urbanismo.</p> <p>6. Promoção do Arrendamento</p> <p>Incentivos fiscais e regulatórios para:</p> <p>.Aumentar a oferta de casas no mercado de arrendamento.</p> <p>.Dar confiança aos senhorios (ex: proteção contra incumprimentos e vandalismo).</p> <p>Rejeição do "Mais Habitação"</p> <p>A IL critica o programa "Mais Habitação" por:</p> <p>.Reduzir a oferta ao atacar o alojamento local.</p>	<p>Objetivo Central:</p> <p>"Mais casas, menos burocracia" – facilitar a construção e o arrendamento para baixar preços, aumentar a oferta e respeitar a liberdade de escolha.</p> <p>1. Redução de Fiscalidade sobre a Habitação</p> <p>Redução do imposto sobre rendimentos prediais (rendas) de 25% para 15%.</p> <p>Redução de custos associados à reabilitação urbana (como IVA e taxas).</p> <p>Isenções específicas de IMT, IMI e Imposto de Selo para pessoas com deficiência.</p> <p>2. Cedência de Património Público para Arrendamento Acessível</p> <p>Em vez de construção direta pelo Estado, a IL propõe:</p> <p>1. Cédulas de terrenos e edifícios do Estado a privados e cooperativas.</p> <p>Contratos de concessão para construção e gestão de habitação a preços acessíveis.</p> <p>3. Código Único do Arrendamento</p> <p>Revisão e consolidação das regras de arrendamento num só diploma.</p> <p>Segurança jurídica para senhorios e inquilinos, promovendo:</p> <p>Contratos simples e claros.</p> <p>Resolução célere de litígios.</p> <p>Maior confiança no mercado.</p> <p>4. Revisão do Direito de Preferência do Estado</p> <p>A IL considera que este direito tem sido usado de forma abusiva, dificultando transações privadas.</p> <p>Propõe-se limitar ou eliminar este mecanismo, exceto em casos de comprovado interesse público.</p> <p>5. Aceleração do Licenciamento</p> <p>Licenciamento automatizado por deferimento tácito, desde que cumpridos critérios técnicos.</p> <p>Eliminação de burocracia desnecessária, com simplificação de processos urbanísticos.</p> <p>Incentivos à digitalização dos serviços municipais de urbanismo.</p> <p>6. Promoção do Arrendamento</p> <p>Incentivos fiscais e regulatórios para:</p> <p>.Aumentar a oferta de casas no mercado de arrendamento.</p> <p>.Dar confiança aos senhorios (ex: proteção contra incumprimentos e vandalismo).</p> <p>Rejeição do "Mais Habitação"</p> <p>A IL critica o programa "Mais Habitação" por:</p> <p>.Reduzir a oferta ao atacar o alojamento local.</p>	<p>O Bloco de Esquerda propõe uma política pública de habitação assente na regulação do mercado, na construção de habitação pública e na proteção do direito à morada. Defende o estabelecimento de tetos máximos para rendas com base na localização e características dos imóveis, o fim dos vistos gold, a redução do alojamento local em zonas de pressão turística e a proibição da construção de mais hotéis onde estes expulsam moradores. Propõe ainda a reabilitação e construção de casas públicas para baixar os preços e garantir que todas as pessoas têm acesso a uma habitação digna e acessível.</p>	<p>Propõe um investimento público direto na construção de 50.000 fogos de habitação pública, financiado pelo Orçamento do Estado. Defende a mobilização imediata do património público para fins habitacionais e o apoio à construção e reabilitação a custos controlados por parte do setor cooperativo e social.</p> <p>No arrendamento, propõe a evasão da "lei dos despejos" e a criação de um regime especial de proteção de inquilinos, que limite o aumento de rendas e impeça despejos abusivos. A renda apoiada será ajustada automaticamente ao rendimento do agregado, com taxa de esforço limitada a 15%, e a renda condicionada ao rendimento das famílias. O partido defende ainda um regime de posse administrativa de imóveis devolutos que não sejam recuperados pelos proprietários, para que o Estado os possa reabilitar e destinar a arrendamento acessível. Rejeita os incentivos à especulação e propõe a eliminação dos benefícios fiscais aos fundos imobiliários e ao regime dos residentes não habituais.</p>	<p>1. Direito à habitação como prioridade nacional</p> <p>2. Reforço do parque público de habitação</p> <p>Aquisição e expansão de um parque público de habitação para arrendamento acessível.</p> <p>3. Programa "Cidade Sem Periferias"</p> <p>Garantir igualdade no acesso à transporte público, escolas, serviços de saúde e espaços públicos nas periferias urbanas.</p> <p>4. Combate à segregação social e espacial nos grandes centros urbanos.</p> <p>5. IMI e IMT como instrumentos de justiça habitacional</p> <p>Reforço do IMI sobre imóveis que não estejam afetos a habitação permanente (ex: fundos e grandes proprietários).</p> <p>Progressividade do IMT em função do valor/m² e tipologia do imóvel.</p> <p>7. Combate à especulação e gentrificação</p> <p>Regulação do Alojamento Local (AL) e combate à sua proliferação nos centros históricos.</p> <p>Proibição do uso habitacional de imóveis em vez de exploração turística ou comercial.</p> <p>8. Proibição do design urbano hostil</p> <p>Medidas para prevenir práticas que excluam ou dificultam a permanência de pessoas sem-abrigo em espaços públicos (ex: bancas com divisórias ou sem encostos).</p> <p>9. Habitação cooperativa e comunitária</p> <p>Incentivo à autogestão habitacional através de cooperativas.</p> <p>Apoio à criação de comunidades habitacionais com base na economia social e solidária.</p>
<p align="center"><b>Entidades Reguladoras</b></p>	<p>No programa eleitoral da AD para 2025-2029, propõe-se uma reforma profunda das Entidades Reguladoras, com o objetivo de reforçar a sua independência, eficácia, transparência e modernização.</p> <p>Para assegurar a independência real das entidades reguladoras, a AD defende a nomeação dos seus órgãos de administração. As nomeações passarão a ser feitas através de procedimentos concursais internacionais, possibilitando a inclusão de membros estrangeiros não residentes. A decisão final de designação caberia ao Presidente da República, mediante proposta do Governo, mas precedida de uma audição parlamentar. Introduz-se ainda um rigoroso controlo dos conflitos de interesses, obrigando a um período de nojo prévio à nomeação, de forma a impedir pressões políticas.</p> <p>As entidades reguladoras veriam reforçada a sua autonomia orgânica, funcional, técnica e financeira, deixando de estar sujeitas a cativações orçamentais ou ingerências do Governo na gestão de recursos humanos. Seriam também promovidas medidas para o fortalecimento das receitas próprias e da autonomia administrativa.</p> <p>A AD propõe ainda a profissionalização e capacitação dos órgãos de administração através de formação obrigatória em áreas como gestão de projetos e comunicação. Para garantir uma avaliação contínua do desempenho, seria implementado um barómetro de avaliação da independência, transparência e eficácia dos reguladores.</p> <p>Adicionalmente, todas as entidades teriam que publicar obrigatoriamente o seu plano de atividades anual e relatórios de regulação nos respetivos sites.</p> <p>Em termos de supervisão, seria criado um Regime Único de Contradensação para todas as autoridades reguladoras, e conferidos novos poderes de intervenção processual às entidades reguladoras. O Tribunal da Concorrência, Regulação e Supervisão seria reforçado com assessores judiciais e económicos, bem como o alargamento da sua jurisdição e especialização dos magistrados, sendo ainda prevista a criação de uma base de dados de decisões e sentenças.</p> <p>Finalmente, a AD pretende modernizar a atuação dos reguladores, promovendo o envolvimento sistemático das partes interessadas para prevenir a captura regulatória e aumentar a transparência. Propõe-se também alargar o âmbito de regulação para incluir novas áreas emergentes, como a regulação digital, inteligência artificial, criptoativos e normas ESG (ambientais, sociais e de governação).</p>	<p>Reforço da supervisão e regulação no setor financeiro</p> <p>Reforma do sistema de supervisão financeira, com:</p> <p>Separação entre as funções de supervisão e resolução.</p> <p>Regulação dos peritos avaliadores de imóveis, com reforço da idoneidade, independência e rotatividade.</p> <p>.Revisão do contrato de mandato do Banco Português de Fomento, para alinhar os seus instrumentos com as necessidades do tecido empresarial.</p> <p>Regulação de preços e comissões</p> <p>Fixação dos preços de gás engarrafado com base em proposta da ERSE, que passa a reavaliar periodicamente o limite de preços, protegendo os consumidores.</p> <p>Aprofundamento do quadro legal das comissões bancárias, para assegurar a razoabilidade, transparência e comparabilidade entre operadores.</p> <p>Transparência e autonomia</p> <p>Avaliação do modelo de fixação de taxas de supervisão, garantindo maior autonomia e responsabilização das entidades reguladoras.</p> <p>.Compromisso com o fortalecimento da governança, eficácia e independência destas entidades.</p>	<p>Reforçar a independência das instituições reguladoras e judiciais, assegurando que as suas competências e autonomia não possam ser condicionadas por qualquer poder político ou partidário; Transferência da competência de nomeação do Governador do Banco de Portugal e dos presidentes das entidades reguladoras independentes para o Presidente da República.</p> <p>2. Reforma da CReSP</p> <p>Transformar a CReSP num verdadeiro organismo técnico e independente, ou substituí-la por uma entidade internacional independente.</p> <p>3. Despolitização e Profissionalização</p> <p>Proibição de nomeações políticas diretas para entidades reguladoras.</p> <p>Exigência de período de nojo (cooling-off period) para evitar conflitos de interesse (ex: ex-governantes nomeados logo após saírem do cargo).</p> <p>Inclusão de representantes da sociedade civil e especialistas independentes nos processos de avaliação.</p> <p>4. Poderes Reforçados para os Reguladores</p> <p>As entidades reguladoras devem ter:</p> <p>.Autonomia financeira e operacional.</p> <p>.Capacidade sancionatória real.</p> <p>.Mandatos não coincidentes com ciclos políticos.</p> <p>Setores com regulação visada:</p> <p>Saúde (com nova Entidade Reguladora da Saúde)</p> <p>Energia e ambiente</p> <p>Finanças</p> <p>Concorrência e telecomunicações</p> <p>Justiça e setor empresarial do Estado.</p>	<p>1. Nomeações por Concurso Público Internacional</p> <p>Todas as nomeações para cargos de topo em entidades reguladoras deverão ser feitas através de concursos públicos internacionais.</p> <p>Com regras objetivas, transparentes e baseadas em mérito e experiência profissional.</p> <p>2. Reforma da CReSP</p> <p>Transformar a CReSP num verdadeiro organismo técnico e independente, ou substituí-la por uma entidade internacional independente.</p> <p>3. Despolitização e Profissionalização</p> <p>Proibição de nomeações políticas diretas para entidades reguladoras.</p> <p>Exigência de período de nojo (cooling-off period) para evitar conflitos de interesse (ex: ex-governantes nomeados logo após saírem do cargo).</p> <p>Inclusão de representantes da sociedade civil e especialistas independentes nos processos de avaliação.</p> <p>4. Poderes Reforçados para os Reguladores</p> <p>As entidades reguladoras devem ter:</p> <p>.Autonomia financeira e operacional.</p> <p>.Capacidade sancionatória real.</p> <p>.Mandatos não coincidentes com ciclos políticos.</p> <p>Setores com regulação visada:</p> <p>Saúde (com nova Entidade Reguladora da Saúde)</p> <p>Energia e ambiente</p> <p>Finanças</p> <p>Concorrência e telecomunicações</p> <p>Justiça e setor empresarial do Estado.</p>	<p>Propõe o fim da captura das entidades reguladoras por interesses privados, exige transparência na nomeação das suas lideranças e reforça o seu papel na defesa do interesse público.</p>	<p>Reforço da capacidade de intervenção das entidades públicas de regulação, nomeadamente no setor da comunicação social, garantindo que cumpram plenamente as suas funções constitucionais. Propõe a atribuição de competências reforçadas, com foco na fiscalização efetiva e transparente, especialmente em áreas como a Lei da Imprensa, da Rádio e da Televisão, e na garantia da transparência e do pluralismo na propriedade dos media.</p>	<p>Não há proposta específica direta, mas há referência à regulação pública eficaz em setores essenciais.</p>
<p align="center"><b>Empreendedorismo</b></p>	<p>A AD propõe um conjunto de medidas para fortalecer o empreendedorismo em Portugal, apostando na inovação, no apoio ao financiamento e na redução de obstáculos administrativos. Pretende transformar o país num centro de referência para o talento digital, o impacto social e a criação de novas empresas.</p> <p>Entre as principais propostas está a criação de um "gestor de cliente" digital que ligue rapidamente as empresas a plataformas de captação de investimento, como o Banco Português de Fomento, fundos de private equity e financiamento bancário. Este gestor teria também a função de identificar os fundos e programas comunitários adequados para apoiar o crescimento das empresas.</p> <p>A AD compromete-se a otimizar a execução dos fundos comunitários, exigindo maior rigor na aprovação de projetos e focando-se em investimentos que gerem transformação estrutural da economia portuguesa. Além disso, prevê a implementação de soluções para cedência gratuita de liquidez às empresas, para reduzir atrasos na disponibilização de fundos aprovados.</p> <p>Outra prioridade é a capacitação dos gestores portugueses, através de programas formativos desenhados em parceria com escolas de negócios nacionais, focados em casos práticos e gestão empresarial aplicada.</p> <p>No domínio da inovação, a AD pretende:</p> <p>Posicionar Portugal no top 10 dos países digitalmente mais avançados da UE até 2030;</p> <p>Aumentar significativamente o número de patentes por empresa;</p> <p>Transformar o país num centro global de talento digital, empreendedorismo e impacto social;</p> <p>Estimular o surgimento de spin-offs a partir da academia.</p> <p>A AD também propõe criar um Fundo de Inovação Digital para apoiar o desenvolvimento, a adoção e a comercialização de tecnologias emergentes pelas empresas portuguesas.</p> <p>Para impulsionar a digitalização no empreendedorismo, pretende integrar soluções digitais em novos produtos e serviços, promover a utilização de inteligência artificial (IA) no setor privado e reforçar a cibersegurança e infraestrutura tecnológica.</p> <p>Em complemento, a AD defende a educação para o empreendedorismo desde cedo, integrando-a na oferta educativa e fortalecendo as ligações entre o sistema científico e tecnológico e o tecido empresarial.</p>	<p>Apoio a novos negócios e inovação</p> <p>Lançamento de uma nova geração de sistemas de incentivos à inovação organizacional, digitalização, economia circular e desenvolvimento de novos modelos de negócio.</p> <p>Foco na transformação de micro, pequenas e médias empresas com apoio à:</p> <p>.Transição digital e ecológica</p> <p>.Criação de emprego</p> <p>.Inovação produtiva e logística</p> <p>Comércio e serviços</p> <p>Realização da "Agenda para a Competitividade do Comércio e Serviços 2030", com mais de €400 milhões para apoiar projetos inovadores no setor do comércio.</p> <p>Valorização do comércio de proximidade com projetos como os "Bairros Comerciais Digitais", integrados no PRH.</p> <p>Apoio à qualificação de profissionais e modernização das empresas.</p> <p>Instrumentos de financiamento e apoio</p> <p>Criação de produtos financeiros adequados a empresas com longos ciclos de produção, incluindo:</p> <p>.Crédito especializado</p> <p>Seguros de crédito</p> <p>Fundos de capital para expansão e aquisição internacional</p> <p>Apoio técnico aos empreendedores através de programas de capacitação local e simplificação administrativa.</p> <p>Interior e territórios de baixa densidade</p> <p>Promoção do empreendedorismo como motor do desenvolvimento regional:</p> <p>Incentivos ao investimento nacional e estrangeiro no interior.</p> <p>Criação e estruturação de parques empresariais e industriais com infraestrutura adequada.</p> <p>Internacionalização e economia da diáspora</p> <p>Apoio ao empreendedorismo orientado para a internacionalização.</p> <p>Mobilização de empresários da diáspora e do espaço da lusofonia como investidores e parceiros estratégicos.</p>	<p>Empreendedorismo Jovem</p> <p>propõe um conjunto de medidas para incentivar os jovens a criar negócios em Portugal:</p> <p>Isenção de IRS até aos 100 mil euros de rendimento acumulado para jovens até aos 35 anos (aplica-se também a empreendedores que iniciem atividade);</p> <p>.Isenção progressiva de IRC para jovens empresários, agricultores e empreendedores até aos 35 anos;</p> <p>.Benefícios fiscais para startups fundadas por casais jovens, especialmente se alijadas com objetivos familiares ou comunitários;</p> <p>.Apoio ao empreendedorismo jovem no interior;</p> <p>.Reduções fiscais;</p> <p>.Apoio à instalação;</p> <p>.Financiamento para quem invista em reabilitação de património devoluto ou criação de negócios sustentáveis;</p> <p>.Programa de Empreendedorismo Jovem em Zonas Rurais, mesmo tendo sido registado em CE2015, e defendido pelo partido como prioridade.</p> <p>Ampliação de negócios e desburocratização</p> <p>Criação de um ambiente fiscal previsível e simples, com redução da carga fiscal e eliminação de taxas desnecessárias;</p> <p>Desburocratização da criação de empresas: processos digitais, simplificados e com resposta em 48h;</p> <p>Criação de balcões únicos de apoio ao empreendedorismo com aconselhamento fiscal, jurídico e digital;</p> <p>Fomento de incubadoras regionais com apoio técnico e financeiro às novas empresas.</p> <p>Empreendedorismo tecnológico e inovação</p> <p>Incentivos à economia digital, com foco em inteligência artificial, blockchain, cibersegurança, nanotecnologia e robótica;</p> <p>Criação de zonas de poupança isentas de impostos para reinvestimento em startups e projetos inovadores (modelo inspirado no ISA britânico);</p> <p>lançamento de impostos sobre ganhos de capital em criptoativos, desde que 50% seja reinvestido na economia real nacional;</p> <p>6. Internacionalização de Startups</p> <p>Apoio fiscal a empresas que:</p> <p>Desenvolvem programas de mentoria e aceleração com envolvimento do setor</p>	<p>1. Ambiente Fiscal Competitivo</p> <p>Redução de IRC até 15% até 2030.</p> <p>Eliminação de tributações autónomas.</p> <p>Regime fiscal favorável a startups, incluindo:</p> <p>.Incentivos à reinvestimento de lucros.</p> <p>.Deduções de IRC para I&amp;D, exportações e expansão.</p> <p>.Isenção de impostos em certos limites de rendimento (ex: até 25.000€/ano para trabalhadores independentes).</p> <p>2. Financiamento ao Empreendedorismo</p> <p>Criação de instrumentos financeiros mais flexíveis:</p> <p>.Capital de risco.</p> <p>.Business angels.</p> <p>.Crowdfunding com incentivos fiscais.</p> <p>.Participação de fundos de pensões e poupança (ex: contas de capitalização voluntária) como investidores de longo prazo.</p> <p>3. Reforma da Carga Burocrática</p> <p>Licenciamento por deferimento tácito: aceleração dos processos administrativos para iniciar negócios.</p> <p>Criação de um balcão único digital para abertura e gestão de empresas.</p> <p>Simplificação dos pagamentos por conta, contabilidade simplificada para pequenas empresas e startups.</p> <p>4. Apoio à Inovação e Ecossistemas de Startups</p> <p>Incubadoras e aceleradoras em parceria com universidades.</p> <p>Estímulo à criação de "zonas económicas especiais de inovação", com regras fiscais e laborais mais flexíveis.</p> <p>Sandboxes regulatórias para experimentar novas tecnologias (ex: fintech, healthtech) com regulação à medida.</p> <p>5. Modernização do regime de stock options</p> <p>Reformulação do tratamento fiscal de stock options e phantom shares, tornando-os competitivos com os dos EUA e Reino Unido.</p> <p>Incentivo ao uso de participação no capital como forma de reter talento.</p> <p>6. Internacionalização de Startups</p> <p>Apoio fiscal a empresas que:</p> <p>Exportam serviços ou tecnologia.</p>	<p>O Bloco de Esquerda apoia um modelo de empreendedorismo assente na economia social, inovação sustentável e justiça laboral. Defende o incentivo a cooperativas e pequenas empresas locais, com acesso facilitado a financiamento público, apoio técnico e proteção legal contra práticas predatórias.</p>	<p>Defende uma estratégia de apoio às micro, pequenas e médias empresas (MPME) como eixo central da dinamização da economia nacional. Propõe uma discriminação positiva fiscal das MPME, com tributação baseada nos rendimentos reais, redução dos custos de bases e serviços essenciais (energia, comunicações, seguros), e a implementação de um regime de IVA de caixa com pagamento após boa cobrança. Propõe ainda a criação de uma conta-corrente Estado/empresa para facilitar o cumprimento fiscal e o acesso a fundos públicos.</p> <p>A nível financeiro, o PCP quer garantir que 50% dos fundos do Portugal 2030 destinados a empresas sejam canalizados para MPME, com acesso simples e direto. Defende também uma política de crédito adaptada às necessidades destas empresas, com spreads, comissões e garantias ajustadas à sua dimensão.</p> <p>No setor cooperativo, o PCP propõe um Fundo Nacional Cooperativo para apoiar a criação de novas cooperativas, inovação, I&amp;D e reestruturadas, com medidas fiscais que promovam o autofinanciamento. Pretende ainda reforçar a conformidade do Código Cooperativo com os princípios internacionais, como "um homem, um voto".</p>	<p>1. Apoio ao microempreendedorismo</p> <p>Criação de polos criativos com:</p> <p>Espaços de trabalho partilhados a baixo custo;</p> <p>Serviços partilhados (eletividade, impressão 3D, prototipagem, etc.);</p> <p>Regime de contabilidade e fiscalidade simplificado para microempreendedores;</p> <p>.Redução de custos de contexto;</p> <p>.Incentivos para primeiros negócios e atividades individuais.</p> <p>2. Incentivo ao cooperativismo e autogestão</p> <p>Apoio à criação de cooperativas e empresas autogestionadas por trabalhadores, incluindo:</p> <p>.Acesso a crédito com juros reduzidos;</p> <p>.Legislação para permitir transferir empresas falidas em cooperativas de trabalhadores.</p> <p>Criação de benefícios fiscais para investimento em cooperativas:</p> <p>.Isenções parciais ou redução de retenção na fonte.</p> <p>3. Fomento da economia social e solidária</p> <p>Apoio à criação de empresas sociais:</p> <p>.Empresas com missão social e/ou ambiental;</p> <p>.Mais de 50% dos lucros reinvestidos ou distribuídos entre trabalhadores e comunidade.</p> <p>Programas de capacitação e financiamento específicos, com atenção ao empreendedorismo feminino.</p> <p>4. Apoio financeiro e técnico</p> <p>Linha de crédito pública para cooperativas sociais,</p> <p>Apoio técnico à criação de negócios.</p> <p>Criação de estrutura pública para fomento do cooperativismo.</p> <p>5. Moedas locais e economia circular</p> <p>Estímulo à criação de moedas locais e complementares ao euro, promovendo trocas locais sem acumulação nem especulação.</p> <p>6. Compras públicas com impacto local</p> <p>Substituição das compras públicas centralizadas por compras locais, sempre que possível;</p> <p>Promoção do comércio e emprego locais,</p> <p>Apoio a empreendedores em zonas de baixa densidade populacional.</p>
<p align="center"><b>Produtividade e Inovação</b></p>	<p>A AD propõe uma estratégia abrangente para reforçar a produtividade e a inovação em Portugal, centrada na valorização do capital humano, no investimento em ciência e tecnologia e na promoção de uma economia de maior valor acrescentado.</p> <p>A aposta principal é no desenvolvimento do capital humano, elevando a qualificação da população ativa, promovendo a requalificação contínua ao longo da vida e ajustando a formação às necessidades do mercado de trabalho. Pretende-se aumentar a percentagem de adultos entre os 25 e 34 anos com diploma de ensino superior para mais de 50% até 2030.</p> <p>A AD quer aproximar o investimento em ciência e inovação a 3% do PIB, em articulação entre investimento público e privado. Propõe-se fortalecer a ligação entre centros de investigação e empresas através de centros de interface, laboratórios colaborativos e spin-offs académicos, favorecendo a transferência de conhecimento e a criação de valor.</p> <p>No plano industrial, a AD defende o reforço da competitividade através da inovação tecnológica, melhoria organizacional, acesso a financiamento e qualificação dos recursos humanos, visando transformar o setor industrial num motor de exportações de maior valor acrescentado.</p> <p>A digitalização da economia é outra prioridade: pretende-se afirmar Portugal no top 10 dos países digitalmente mais avançados da UE até 2030, aumentar o número de patentes por empresa e posicionar o país como um centro global de talento digital, empreendedorismo e impacto social.</p> <p>Em termos de políticas de trabalho, pretende-se aumentar a produtividade através da modernização das relações laborais, maior adaptabilidade entre tempos de trabalho, incentivo a relações laborais estáveis e valorização da formação contínua.</p> <p>A AD propõe ainda promover o ensino profissional e técnico, reforçar a formação tecnológica e apoiar o desenvolvimento de competências em inteligência artificial, tecnologias digitais e outras áreas críticas para a nova economia.</p>	<p>Contrato Social para o Desenvolvimento Sustentável</p> <p>Lançamento de um "Contrato Social para o Desenvolvimento Sustentável" através da Concorrência Social.</p> <p>Visa identificar, com base em conhecimento técnico e científico, setores estratégicos, cadeias de valor e tecnologias-chave, com destaque para:</p> <p>A dupla transição verde e digital</p> <p>Matérias-primas críticas</p> <p>O hub euro-atlântico de telecomunicações</p> <p>Apoios mais seletivos e estratégicos</p> <p>Fim da dispersão de apoios: rejeição dos incentivos de "banda larga" que diluem recursos sem transformar a economia.</p> <p>Concentração de fundos em domínios estratégicos, com base em critérios rigorosos de impacto e especialização inteligente.</p> <p>Reduzam a pegada ecológica</p> <p>Promovam a digitalização e a economia do conhecimento</p> <p>Clusters, pactos setoriais e empresas-âncora</p> <p>Retorna da política de "Pactos Setoriais para a Competitividade e Internacionalização", atualizando a abordagem dos clusters.</p> <p>Apoio a empresas públicas e privadas com papel estratégico, que possam funcionar como empresas-âncora na modernização dos setores onde atuam.</p> <p>Revisão dos incentivos fiscais</p> <p>Reforma dos Benefícios Fiscais ao Investimento e à Inovação:</p> <p>.Premiar empresas que reinvestam, inovem e valorizem salários.</p> <p>.Alargar as condições de elegibilidade e aumentar a eficácia.</p> <p>.Reavaliação do Incentivo Fiscal à Investigação Científica e Inovação (IFCI), tornando-o mais direcionado e impactante.</p>	<p>Reindustrialização e valorização da produção nacional</p> <p>Promoção da reindustrialização como pilar estratégico da produtividade nacional:</p> <p>Redução da carga fiscal sobre:</p> <p>.Trabalho qualificado (redução do IRS).</p> <p>.Empresas inovadoras (IRC até 15%).</p> <p>Incentivos fiscais para quem:</p> <p>.Investe em I&amp;D.</p> <p>.Aumenta exportações.</p> <p>.Cria empregos qualificados.</p> <p>2. Dedução Super-Reflexão no IRC</p> <p>Possibilidade de deduzir até 150% dos gastos em inovação, investigação e desenvolvimento.</p> <p>Direcionado a empresas que apostam em:</p> <p>.Tecnologia;</p> <p>.Digitalização;</p> <p>.Crescimento internacional.</p> <p>3. Valorização do Capital Humano</p> <p>Promoção de formação profissional avançada e reconversão de competências.</p> <p>Incentivos a empresas que investem na qualificação contínua dos trabalhadores.</p> <p>Estímulo ao regresso de talento emigrado com benefícios fiscais e segurança contratual.</p> <p>4. Modernização das Téis Laborais</p> <p>Propostas de contratos mais flexíveis para atrair talento global.</p> <p>Compatibilização entre inovação tecnológica e segurança no trabalho.</p> <p>5. Ambiente Regulatório Estável e Transparente</p> <p>Eliminação de normas obsoletas e duplicadas.</p> <p>Sandboxes regulatórias em setores estratégicos (fintech, biotecnologia, IA).</p> <p>Fomento de ambientes onde é possível testar novas ideias sem entraves burocráticos.</p> <p>6. Ligação Universidade-Empresa</p> <p>Estímulo a projetos de transferência de conhecimento e inovação aplicada.</p> <p>Incentivos à criação de spinoffs universitários e startups de base científica.</p> <p>7. Modernização da Administração Pública</p> <p>Estado como fator de produtividade, não de entrave:</p> <p>Digitalização dos serviços.</p> <p>Simplificação de processos.</p>	<p>Propostas-Chave para Aumentar a Produtividade</p> <p>1. Reforma Fiscal como Motor de Produtividade</p> <p>Redução da carga fiscal sobre:</p> <p>.Trabalho qualificado (redução do IRS).</p> <p>.Empresas inovadoras (IRC até 15%).</p> <p>Incentivos fiscais para quem:</p> <p>.Investe em I&amp;D.</p> <p>.Aumenta exportações.</p> <p>.Cria empregos qualificados.</p> <p>2. Dedução Super-Reflexão no IRC</p> <p>Possibilidade de deduzir até 150% dos gastos em inovação, investigação e desenvolvimento.</p> <p>Direcionado a empresas que apostam em:</p> <p>.Tecnologia;</p> <p>.Digitalização;</p> <p>.Crescimento internacional.</p> <p>3. Valorização do Capital Humano</p> <p>Promoção de formação profissional avançada e reconversão de competências.</p> <p>Incentivos a empresas que investem na qualificação contínua dos trabalhadores.</p> <p>Estímulo ao regresso de talento emigrado com benefícios fiscais e segurança contratual.</p> <p>4. Modernização das Téis Laborais</p> <p>Propostas de contratos mais flexíveis para atrair talento global.</p> <p>Compatibilização entre inovação tecnológica e segurança no trabalho.</p> <p>5. Ambiente Regulatório Estável e Transparente</p> <p>Eliminação de normas obsoletas e duplicadas.</p> <p>Sandboxes regulatórias em setores estratégicos (fintech, biotecnologia, IA).</p> <p>Fomento de ambientes onde é possível testar novas ideias sem entraves burocráticos.</p> <p>6. Ligação Universidade-Empresa</p> <p>Estímulo a projetos de transferência de conhecimento e inovação aplicada.</p> <p>Incentivos à criação de spinoffs universitários e startups de base científica.</p> <p>7. Modernização da Administração Pública</p> <p>Estado como fator de produtividade, não de entrave:</p> <p>Digitalização dos serviços.</p> <p>Simplificação de processos.</p>	<p>Defende o reforço do financiamento à ciência, à investigação aplicada e à modernização dos serviços públicos. Apoia a conversão de setores poluentes e a criação de emprego qualificado na transição climática e digital.</p>	<p>Duplicar a despesa em I&amp;D por investigador no setor público;</p> <p>Criar um Fundo para a Inovação Tecnológica, financiado pelas empresas com 1% do VAB anual acima de 5 milhões de euros;</p> <p>Implementar um Programa Nacional de Parcerias para Investigação Aplicada com PME;</p> <p>Reforçar a rede de Laboratórios de Estado e os centros de investigação, com contratos-programa e financiamento plurianuais;</p> <p>Integrar os polítechnos no Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN);</p> <p>Valorizar a carreira de investigação e substituir as bolsas por contratos de trabalho.</p>	<p>1. Fomento à inovação empresarial</p> <p>Apoio à constituição de consórcios de inovação;</p> <p>Reunio de empresas com instituições de ensino superior e centros de I&amp;D.</p> <p>Baseado na Estratégia Nacional de Especialização Inteligente.</p> <p>Foco em áreas como a descarbonização, transição digital e valorização de recursos locais.</p> <p>2. Banco Português do Fomento como instrumento central</p> <p>Transformar o Banco Português do Fomento num verdadeiro banco de desenvolvimento:</p> <p>.Apoio a novos mercados,</p> <p>.Financiamento a projetos com maior risco comercial e alto valor acrescentado,</p> <p>.Investimento em economia verde e digital.</p> <p>3. Promoção de PME inovadoras</p> <p>Apoio financeiro e técnico a PME com projetos inovadores,</p> <p>Especialmente aquelas com impacto ecológico e social.</p> <p>Redução de burocracia e simplificação de candidaturas a fundos de apoio à inovação.</p> <p>4. Indicadores de desenvolvimento mais abrangentes</p> <p>Introdução de indicadores como o "PIB Verde" ou "Poupança genuína".</p> <p>Para avaliar políticas públicas de forma mais completa (bem-estar, ambiente, qualidade de vida),</p> <p>Substituir o foco exclusivo no PIB tradicional.</p> <p>5. Inovação com impacto social</p> <p>Promoção de empresas sociais como motor de inovação e produtividade sustentável.</p> <p>Apoios específicos a projetos liderados por mulheres e a empreendimentos com objetivos ecológicos.</p> <p>6. Educação e ciência como base da inovação</p> <p>Valorização da formação científica, investigação aplicada e transferência de conhecimento para o setor produtivo.</p> <p>Reforço dos investimentos públicos em ciência e sua ligação ao tecido económico.</p>

**PROPOSTAS DE ALGUNS PARTIDOS/COLIGAÇÕES: Económicas e Financeiras, Habitação, Segurança Social, SNS, Imigração e Emigração**  
(tal como aparecem nos respectivos programas)

							
<b>Parcerias Público Privadas</b>	<p>A AD propõe o relançamento estratégico das Parcerias Público-Privadas como instrumento essencial para aumentar a capacidade de resposta do Estado em áreas críticas como habitação, saúde, ensino superior e defesa.</p> <p>Na área da habitação, a AD propõe a criação de um programa de Parcerias Público-Privadas para a construção e reabilitação em larga escala de habitação acessível e de alojamento para estudantes, aproveitando linhas de financiamento do Banco Europeu de Investimento (BEI). Estas PPPs viam desbloquear a construção rápida de novas unidades habitacionais, mobilizando terrenos públicos e privados para projetos de arrendamento a preços controlados.</p> <p>No Setor da Saúde, a AD propõe o lançamento de novas PPPs para unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS), sempre que se verifiquem condições que garantam uma melhor resposta assistencial através de gestão privada em serviços públicos. Estas parcerias pretendem reduzir tempos de espera, aumentar a eficiência dos hospitais e garantir cuidados de saúde de qualidade a todos.</p> <p>No Ensino Superior, está prevista a promoção de PPPs para construção de residências universitárias, colaborando com instituições públicas, privadas e sociais, como forma de combater o problema da falta de alojamento estudantil acessível.</p> <p>No âmbito da Defesa Nacional, a AD também defende a criação de Parcerias Público-Privadas em áreas estratégicas, inspiradas no modelo OGMA (empresa de manutenção aeronáutica), para dinamizar a indústria de defesa nacional e a sua integração nas cadeias de fornecimento internacionais.</p> <p>Em todas estas áreas, a AD propõe ainda regras de transparência e boa governação nas PPPs, assegurando que sejam projetos financeiramente sustentáveis, competitivos e que defendam o interesse público.</p>	<p>Promoção de parcerias em setores estratégicos</p> <p>O PS propõe a criação de parcerias público-privadas-associativas nas novas atividades produtivas, especialmente em setores que combinam:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Alta intensidade tecnológica</li> <li>Cadeias de valor globais</li> <li>Potencial de exportação e inovação</li> </ul> <p>Estas parcerias devem seguir boas práticas já observadas noutros setores, como os clusters industriais, promovendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Projetos mobilizadores com investimento conjunto</li> <li>Integração entre empresas, universidades, centros de I&amp;D e administração pública</li> <li>Efeitos de arrastamento para PME e regiões de baixa densidade</li> <li>Modelo colaborativo e integrado</li> </ul> <p>As PPP serão parte de uma estratégia industrial integrada, ajustada ao novo ciclo de investimentos financeiro pelo PER e pelo Portugal 2030, com forte componente de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Transição digital</li> <li>Transição energética</li> <li>Inovação e sustentabilidade.</li> </ul>	<p>Propõe-se uma reformulação dos critérios de avaliação e adjudicação das PPPs, com regras mais exigentes e contratos baseados em objetivos e resultados concretos, evitando os erros de concessões anteriores.</p> <p>Alta velocidade Lisboa-Porto-Madrid: o CHEGA pretende viabilizar este projeto através de PPPs sem impactar negativamente a dívida pública, defendendo que o Estado não deve assumir riscos financeiros excessivos, mas garantir os benefícios estratégicos da ligação.</p> <p>Apoio ao recurso a PPPs para infraestruturas críticas como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Transportes (ferrovias e aeroportos).</li> <li>Infraestruturas hospitalares e de saúde.</li> <li>Educação (construção e manutenção de escolas).</li> </ul> <p>Habitação pública e arrendamento acessível.</p> <p>As PPPs devem ser monitorizadas por uma entidade independente, com auditorias regulares e divulgação pública de resultados para garantir que os interesses do Estado e dos cidadãos são salvaguardados.</p> <p>Defende-se também a participação de autarquias e instituições locais como parceiros nas PPPs, promovendo soluções descentralizadas, mais próximas das comunidades e adaptadas às suas necessidades reais.</p>	<p>1. Valorização das PPP como Ferramenta de Gestão Pública</p> <p>A.I. defesa as PPP como instrumentos eficazes desde que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Sejam contratuaisizadas.</li> <li>Sejam de forma transparente.</li> <li>Com responsabilização dos privados e do Estado.</li> </ul> <p>2. Reintrodução das PPP na Saúde</p> <p>Contrariando a tendência de reversão de PPPs hospitalares (ex: PPP de Loures, Braga, Cascais), a IL:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reverifica os bons resultados dos hospitais geridos em regime de PPP, com:             <ul style="list-style-type: none"> <li>Alta satisfação dos utentes.</li> <li>Melhores indicadores de eficiência.</li> </ul> </li> <li>Propõe retomar este modelo sempre que se prove ser mais vantajoso para o contribuinte e para o doente.</li> </ul> <p>3. Extensão das PPP a Outras Áreas</p> <p>Possível aplicação de PPP em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Educação (ex: construção e gestão de escolas).</li> <li>Transportes e mobilidade (ex: ferrovia, metropolitano urbano).</li> <li>Habitação (modelos de concessão para arrendamento acessível).</li> <li>Energia e ambiente.</li> </ul> <p>4. Regras de Contratação e Transparência</p> <p>Propostas incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Concursos públicos rigorosos.</li> <li>Contratos com metas claras e mensuráveis.</li> <li>Avaliação pública e regular de resultados.</li> <li>Consequências reais por incumprimento (para privados e Estado).</li> </ul> <p>5. Modelo PPP com prémio por desempenho</p> <p>Introdução de mecanismos de pagamento por resultados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Melhor atendimento.</li> <li>Redução de listas de espera.</li> <li>Eficiência de gestão.</li> <li>Melhoria da experiência do utente/cidadão.</li> </ul>	<p>1. Defende a suspensão de novas PPP, a reversão das existentes que lesam o interesse público, e o reforço da gestão pública direta nos setores estratégicos como a saúde, transportes e energia.</p>	<p>Propõe travar a criação de novas Parcerias Público-Privadas (PPP) e reverter as existentes, especialmente nas áreas da saúde e das infraestruturas.</p>	<p>1. Suspensão de novas PPP</p> <p>O LIVRE propõe a suspensão de todas as novas concessões e privatizações de bens e serviços públicos.</p> <p>Institui infraestruturas estratégicas, transportes, saúde, comunicação social pública, entre outros.</p> <p>2. Revisão das PPP existentes</p> <p>Análise das PPP em vigor com o objetivo de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Avaliar custos-benefícios reais para o Estado.</li> <li>Reverter concessões ou renegociar contratos abusivos ou lesivos ao interesse público.</li> </ul> <p>3. Criação do "Estatuto de Bem Público"</p> <p>Enquadra setores como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Água potável, rede elétrica, transportes públicos, serviço público de comunicação, Caixa Geral de Depósitos, etc., como bens públicos protegidos com gestão transparente e orientada por princípios sociais e ecológicos.</li> <li>Limites explícitos à mercantilização ou privatização destes ativos.</li> </ul> <p>4. Promoção de Parcerias Público-Cooperativas</p> <p>Substituição das PPP tradicionais por modelos de cooperação com o setor social e solidário:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Apoio a produtores locais, cooperativas e associações, especialmente na área da alimentação, habitação, cultura, e serviços de proximidade.</li> </ul>
<b>Conta Poupança</b>	<p>A AD propõe a criação de contas-poupança isentas de impostos para incentivar a poupança das famílias portuguesas. Estas contas teriam um regime especial em que certos níveis de contribuições feitas pelos trabalhadores e pelas suas entidades empregadoras estariam livres de IRS, salvo se e quando fossem distribuídas, no âmbito do plano de poupança.</p> <p>Inspiradas nos modelos das ISA accounts no Reino Unido e das 401(k) nos Estados Unidos, estas contas permitiriam o acesso a uma diversidade de instrumentos financeiros, fomentando a poupança de longo prazo. As contribuições e os rendimentos reinvestidos dentro da conta não seriam tributados, e o benefício fiscal manter-se-ia mesmo que os montantes fossem utilizados para amortização de crédito à habitação da casa de morada de família.</p> <p>Adicionalmente, está em estudo a possibilidade de aplicar um tratamento semelhante a rendimentos prediais e de capitais, permitindo que, se reinvestidos, continuem também isentos de tributação.</p> <p>Esta proposta integra-se numa estratégia mais ampla da AD para promover a literacia financeira, reforçar a autonomia financeira das famílias e estimular o investimento interno como motor do crescimento económico.</p>	<p>Criação do programa "Pé-de-Meia" – €500 em certificados de aforro por criança, resgatável aos 18 anos.</p>	<p>Criação de contas poupança isentas de impostos, semelhantes aos modelos ISA (Reino Unido) e TFSA (Canadá)</p>	<p>A Iniciativa Liberal propõe a criação de Contas de Poupança e Investimento Isentas de Impostos, com o objetivo de estimular a poupança de longo prazo e dar aos portugueses maior liberdade na gestão do seu futuro financeiro. Inspirando-se em modelos internacionais de sucesso, como as ISAs (do Reino Unido) e as plans 401(k) (dos EUA), estas contas permitirão que qualquer cidadão invista até 20 mil euros por ano, com isenção total de impostos sobre juros, dividendos e mais-valias.</p> <p>O capital investido nestas contas não poderá ser mobilizado para novos investimentos ou em situações específicas previstas na lei, garantindo que se mantêm como instrumentos de capitalização estável e sustentada. Esta medida pretende não apenas fomentar a cultura de poupança entre os cidadãos, mas também reduzir a dependência exclusiva da Segurança Social pública, criando alternativas voluntárias e flexíveis de reforço da reforma.</p> <p>Adicionalmente, as empresas poderão contribuir diretamente para estas contas dos seus trabalhadores, até ao mesmo limite anual de 20.000€, e com que esses valores sejam tributados em sede de IRS. Esta inovação procura envolver o setor empresarial na construção de segurança financeira a longo prazo para os seus colaboradores, reforçando vínculos laborais e promovendo uma verdadeira cultura de investimento e autonomia.</p>	<p>Sem medidas diretas especificadas no documento.</p>	<p>Sem medidas diretas especificadas no documento.</p>	<p>O LIVRE propõe a criação de uma "herança social", uma medida inovadora com o objetivo de promover a justiça intergeracional e combater as desigualdades de origem. Esta medida consiste numa transferência direta atribuída a todas as pessoas ao atingirem a maioridade, funcionando como uma espécie de conta poupança pública universal.</p> <p>O valor seria financiado através de um imposto sucessório aplicado apenas a grandes heranças e grandes doações, garantindo que os mais ricos contribuem proporcionalmente mais para o bem comum. A "herança social" servirá para apoiar os jovens no início da sua vida adulta, ajudando-os a acelerar os estudos superiores, investir em formação, iniciar um negócio, ou mesmo dar entrada para a compra de uma casa.</p> <p>Mais do que um apoio financeiro, esta medida é pensada como uma ferramenta de equidade, oferecendo a todos os cidadãos, independentemente do seu contexto socioeconómico, um ponto de partida mais justo para construir o seu projeto de vida.</p>
<b>Serviço Nacional de Saúde</b>	<p>A AD propõe uma profunda transformação do Serviço Nacional de Saúde (SNS), com o objetivo de criar uma rede mais ágil, moderna, eficiente e centrada nas pessoas, capaz de responder aos desafios demográficos, tecnológicos e sociais do século XXI.</p> <p>A visão da AD é não abandonar o modelo público e universal do SNS, mas reforçá-lo com foco na qualidade, na proximidade e na eficiência. Compromete-se a garantir o acesso à saúde em tempo útil e com qualidade, e a colocar o sistema de saúde português entre os dez melhores do mundo até 2040, com base em indicadores como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Mortalidade por cancro e doença cardiovascular;</li> <li>Esperança de vida sem doenças;</li> <li>Mortalidade infantil e materna;</li> <li>Tempo de resposta para consultas e cirurgias.</li> </ul> <p>Medidas principais propostas para o SNS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Plano de Emergência e Transformação da Saúde, que inclui a motivação e valorização dos profissionais de saúde.</li> <li>Garantir Tempos Máximos de Resposta para consultas de especialidade e cirurgias, com possibilidade de recurso a prestadores privados e sociais.</li> <li>Atribuir medida de família a todos os portugueses, reforçando as USF Modelo B e criando USF Modelo C em zonas de baixa cobertura.</li> <li>Investir na rede de cuidados continuados e paliativos, com novas unidades e reforço das parcerias com o setor social.</li> </ul> <p>Promoção da saúde e prevenção da doença, com mais programas de rastreio (oncológico e não-oncológico) e um novo programa nacional de vacinação para adultos.</p> <p>Modernização tecnológica do SNS, incluindo a criação do Registo Eletrónico de Saúde Único e transformação da SFMS numa Agência Nacional Digital da Saúde.</p> <p>Revisão da carreira médica e valorização da enfermagem avançada, com novos modelos de organização do trabalho mais flexíveis.</p> <p>Reforço da hospitalização domiciliária e do apoio a cuidados no domicílio.</p> <p>Criação de Centros de Atendimento Clínico para situações agudas de menor complexidade.</p> <p>Além disso, a AD propõe relançar parcerias público-privadas (PPP) na área da saúde, sempre que essas soluções comprovadamente melhorarem o acesso, a qualidade e a eficiência do serviço prestado aos utentes.</p>	<p>Reforço de médicos e profissionais de saúde</p> <p>Mais médicos de família nas zonas mais carenciadas, com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Criação de apoios ao alojamento para atrair médicos a essas regiões.</li> <li>Incentivos para flexão e mobilidade de profissionais.</li> </ul> <p>Cuidados de saúde mais abrangentes</p> <p>Integração da medicina dentária no pacote básico de serviços do SNS.</p> <p>Reforço da saúde mental, com aumento da resposta nas unidades públicas.</p> <p>Generalização dos rastreios visuais e auditivos na infância, promovendo prevenção precoce e equidade no acesso.</p> <p>Universalidade e inclusão</p> <p>O SNS será repositicionado como garante do direito à saúde para todos, combatendo desigualdades no acesso a cuidados.</p> <p>Valorização do papel dos cuidados de saúde primários, com maior autonomia e capacidade de resposta.</p> <p>Acesso e proximidade</p> <p>Estratégia de descentralização e reforço da gestão local, apoiando os cuidados de saúde das comunidades.</p> <p>Melhoria da capacidade de resposta hospitalar, articulada com os cuidados de saúde primários.</p>	<p>Modernização do SNS com uso de Inteligência Artificial e tecnologias digitais, incluindo Plataforma Única Digital e Registo Único de Saúde. Transição para um Sistema Nacional de Saúde com integração dos setores público, privado e social. Criação de Sistemas Locais de Saúde (SLs). Reforço na prevenção e valorização de profissionais.</p> <p>Reforma da Lei de Bases da Saúde para permitir modelos de gestão por objetivos e parcerias público-privadas. Promoção da transparência, qualidade e avaliação sistemática dos serviços. Reorganização dos serviços e redefinição de tempos máximos de resposta em oncologia. Criação de careias especiais (Técnicos de Emergência, Secretário Clínico, Médico Dentista). Investimento em saúde mental, cuidados paliativos, saúde oral e saúde materna. Promoção da fixação de médicos em regiões carenciadas com incentivos. Criação do Cheque Saúde Mental e reforma estrutural do INEM.</p>	<p>A Iniciativa Liberal propõe uma reforma profunda do atual modelo de saúde, substituindo o Serviço Nacional de Saúde (SNS) por um novo sistema chamado Sistema Universal de Acesso à Saúde (SUA-Saúde). Este modelo mantém o princípio de acesso universal e gratuito no ponto de utilização, mas introduz liberdade de escolha entre prestadores públicos, sociais e privados, colocando o utente no centro do sistema.</p> <p>No SUA-Saúde, o Estado deixará de ser o principal prestador de cuidados de saúde para se assumir como regulador e financiador, garantindo que qualquer cidadão possa ser atendido por qualquer unidade credenciada, com o custo suportado pelo sistema. Esta mudança visa garantir qualidade, rapidez e dignidade no atendimento, dando liberdade aos cidadãos para escolher onde e por quem querem ser tratados.</p> <p>A IL propõe ainda o reforço dos Cuidados de Saúde Primários, promovendo o modelo de médico de família universal. Todo cidadão deverá ter acesso garantido a um médico de família, e os centros de saúde passarão a funcionar com autonomia de gestão e contratos de resultados, premiando equipas eficazes e eficientes.</p> <p>Para reduzir as longas listas de espera e melhorar a resposta hospitalar, o partido propõe a criação de programas de recuperação de cirurgias com recurso a prestadores externos sempre que o sistema público não consiga dar resposta atempada. As Parcerias Público-Privadas (PPP) na saúde são valorizadas como uma solução eficaz e testada, devendo ser retomadas e aplicadas sempre que demonstrarem mais vantagens.</p> <p>A IL também quer criar uma Entidade Reguladora Independente da Saúde, responsável por garantir a qualidade dos cuidados, fiscalizar contratos e defender os direitos dos utentes. A gestão hospitalar deverá passar a ser feita com regras de governação transparentes, com diretores executivos nomeados por concurso público internacional e com remuneração por desempenho.</p> <p>A reforma do sistema de saúde preconizada pela IL é acompanhada por uma forte aposta na digitalização, desburocratização e inovação tecnológica, com vista a criar um sistema mais eficiente, acessível e centrado nas pessoas, onde a liberdade de escolha e a qualidade dos cuidados são prioridades absolutas.</p>	<p>A primeira prioridade é garantir médicos e enfermeiros para todas as pessoas. O Bloco propõe a criação de um verdadeiro regime de exclusividade para profissionais de saúde, com majoração salarial de 40% e outros incentivos. Defende o alargamento das zonas carenciadas com apoios à habitação, o reforço das equipas de saúde familiar com enfermeiros de referência, técnicos auxiliares e psicólogos, e a contratação de profissionais de saúde mental, dentistas e nutricionistas.</p> <p>O partido quer garantir que todas as consultas e cirurgias se realizem a tempo e horas, através da contratação de profissionais onde houver excesso de horas extraordinárias, da redução do horário das urgências para 12 horas semanais, da descentralização de especialidades e do reforço dos meios diagnósticos nos centros de saúde. Propõe ainda a criação de uma rede pública de Centros de Diagnóstico e Terapêutica.</p> <p>No acesso aos medicamentos e dispositivos essenciais, o Bloco defende comparticipações majoradas para doentes crónicos, pessoas com baixos rendimentos e outras situações vulneráveis. Propõe comparticipações entre 50% e 100% para medicamentos, óculos, próteses e dispositivos médicos, bem como o combate ao desperdício de medicamentos e o incentivo à comercialização em uniões.</p> <p>Quanto ao financiamento do SNS, o Bloco acusa o governo de subalternar sistematicamente o setor, canalizando recursos para o setor privado. Em resposta, defende o reforço do investimento público e a reversão do modelo de contratação externa. Propõe a criação de um registo nacional de profissionais de saúde para planear necessidades e contratações, e a revisão de todas as carreiras profissionais no setor, com aumentos salariais, progressões automáticas e valorização das condições de trabalho. Por fim, o Bloco defende que o SNS seja dotado de autonomia de gestão, meios próprios e uma governação democrática, capaz de responder às necessidades da população sem depender de parcerias ou subcontratações que beneficiem interesses privados.</p>	<p>Reforço do financiamento público:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento do investimento no SNS;</li> <li>Fin dos subfinanciamentos crónicos;</li> <li>Rejeição das parcerias público-privadas (PPP) na saúde.</li> </ul> <p>Valorização dos profissionais de saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Aumento das remunerações;</li> <li>Promoção da dedicação exclusiva para médicos e enfermeiros com majoração salarial;</li> <li>Melhoria das condições de trabalho;</li> <li>Apoios ao alojamento em zonas carenciadas.</li> </ul> <p>Melhoria do acesso aos cuidados de saúde:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Redução dos custos para os utentes;</li> <li>Medicamentos gratuitos para maiores de 65 anos, doentes crónicos e pessoas com baixos rendimentos;</li> <li>Rejeição de medidas de privatização, como as USF Modelo C.</li> </ul> <p>Gestão democrática e pública:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reintrodução da gestão democrática nas unidades do SNS;</li> <li>Fin da entrega da gestão de hospitais e centros de saúde a grupos privados.</li> <li>Investimento em áreas prioritárias:</li> <li>Saúde mental;</li> <li>Saúde materna e infantil;</li> <li>Promoção e prevenção da saúde;</li> <li>Direito à Intervenção Voluntária da Gravidiz sem obstáculos.</li> </ul>	<p>1. Reforço dos meios humanos e técnicos</p> <p>Investimento no recrutamento e valorização dos profissionais de saúde, com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Melhoria das condições de trabalho;</li> <li>Redução da precariedade laboral;</li> <li>Promoção da estabilidade contratual.</li> </ul> <p>2. Redesenho dos cuidados de saúde primários</p> <p>Reorganização dos cuidados de saúde primários e de proximidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Aposta numa rede pública de saúde mental, integrada e multidisciplinar.</li> <li>Expansão dos serviços de saúde mental, fisioterapia e saúde oral ao nível local.</li> </ul> <p>3. Redução do tempo de resposta e privacidade com fins lucrativos</p> <p>O LIVRE pretende reverter a dependência do SNS em relação ao setor privado, reforçando a capacidade instalada do setor público e valorizando as respostas sociais e comunitárias.</p> <p>4. Acesso à saúde como direito universal</p> <p>Garantia de acesso gratuito e efetivo a cuidados de saúde, independentemente da situação económica ou estatuto legal (incluindo migrantes).</p> <p>5. Valorização da saúde mental</p> <p>Aposta numa rede pública de saúde mental, integrada e multidisciplinar.</p> <p>6. Promoção da saúde preventiva e comunitária</p> <p>Foco na educação para a saúde, prevenção de doenças crónicas e promoção de estilos de vida saudáveis.</p> <p>Apoio à descentralização de serviços com enfoque nas necessidades específicas de cada território.</p> <p>7. Melhoria da gestão e transparência</p> <p>Democratização da gestão hospitalar com maior participação dos profissionais e utentes.</p> <p>Adoção de práticas de transparência nos contratos públicos e nas decisões clínicas e administrativas.</p>
<b>Imigração e Emigração</b>	<p>A AD propõe uma política de imigração e emigração que se caracteriza por ser regulada, moderada e humanista, garantindo simultaneamente o controlo rigoroso das fronteiras e a promoção da integração social dos migrantes.</p> <p>Em matéria de imigração, as principais propostas incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Gestão eficiente da imigração legal, com medidas de proteção internacional e programas de integração.</li> <li>Fomento da aprendizagem da língua portuguesa e do conhecimento da cultura nacional, para facilitar a integração social, profissional e cívica.</li> <li>Promoção da formação profissional para capacitar imigrantes em setores chave do mercado de trabalho.</li> <li>Reforço da Economia Social como instrumento de apoio à proteção e integração de imigrantes.</li> <li>Há também uma forte aposta no controlo das fronteiras:</li> <li>Criação da Unidade Nacional de Estrangeiros e Fronteiras (UNEF) e o PSP.</li> <li>Implementação dos sistemas europeus de controlo Eurodac, EES e ETIAS.</li> <li>Combate intensificado à imigração ilegal e ao tráfico de seres humanos.</li> <li>Revisão da lei de estrangeiros, lei de asilo e regulamentação dos centros de acolhimento.</li> <li>Na área de acolhimento e integração, a AD propõe:             <ul style="list-style-type: none"> <li>Aumentar a capacidade dos centros de acolhimento e alojamento urgente.</li> <li>Criação de centros de acolhimento municipal/intermunicipal.</li> </ul> </li> <li>Implementação de um Sistema Único de Acolhimento para uma gestão integrada dos casos.</li> <li>Quanto à emigração e atração de talentos, a AD propõe:             <ul style="list-style-type: none"> <li>Apoio ao regresso digno dos emigrantes portugueses.</li> <li>Criação de um programa de atração e integração de emigrantes e respetivos núcleos familiares, com enfoque na imigração regulada.</li> <li>Atração de imigração qualificada e jovens estudantes para as universidades e politecnicos portugueses, com medidas para incentivar a sua fixação.</li> <li>Reforço da rede consular e aproximação à diáspora portuguesa, através de associações e redes de contactos.</li> </ul> </li> <li>A AD defende ainda a revisão dos critérios de atribuição da nacionalidade portuguesa, propondo:             <ul style="list-style-type: none"> <li>Alargamento do tempo mínimo de residência para acesso à nacionalidade.</li> <li>Eliminação da contagem de tempo de permanência legal para efeitos de naturalização.</li> </ul> </li> </ul>	<p>Demografia e mercado de trabalho</p> <p>O PS reconhece o envelhecimento da população e a necessidade de atrair e fixar talento.</p> <p>Embora não mencione medidas diretas de política migratória, valoriza a imigração como complemento à dinâmica demográfica e económica, especialmente em setores com escassez de mão-de-obra.</p> <p>Diáspora e comunidades portuguesas</p> <p>O programa dedica uma secção à valorização das comunidades portuguesas no estrangeiro, integrando-as na estratégia nacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Apoio ao investimento da diáspora portuguesa em Portugal.</li> <li>Promoção da ligação das novas gerações de emigrantes aos pais de origem.</li> <li>Incentivo à cooperação económica no espaço lusófono, como forma de fortalecer os laços com os países de expressão portuguesa.</li> <li>Jovens emigrantes e regresso</li> <li>Embora sem medidas concretas detalhadas, há abertura para políticas de apoio ao regresso de jovens qualificados que emigraram, sobretudo com o objetivo de recuperar talento e reforçar o mercado interno.</li> </ul>	<p>Em matéria de imigração, o partido propõe uma reorientação total da política migratória, abandonando o multiculturalismo e os modelos de quotas automáticas.</p> <p>Em vez disso, defende um sistema de imigração baseado na adaptação cultural, integração responsável e utilidade económica, com critérios rigorosos de entrada.</p> <p>Prevede-se reintroduzir controlos fronteiriços eficazes e criar mecanismos de triagem e filtragem dos imigrantes, aceitando prioritariamente os que comprovem capacidade de adaptação à cultura e língua portuguesas. O CHEGA considera que a imigração descontrolada e desqualificada tem contribuído para a degradação dos serviços públicos, o aumento da sobrelotação habitacional e a insegurança nas zonas urbanas, afetando especialmente os jovens portugueses. Por isso, propõe reavaliar os vistos automáticos de residência e reforçar os serviços de fiscalização e deportação de imigrantes ilegais ou criminosos reincentados.</p> <p>Paralelamente, o partido defende o fim da utilização da imigração como solução para o inverso demográfico, considerando que o problema deve ser resolvido através de políticas de natalidade, apoio à família e regresso de emigrantes, e não pela substituição populacional.</p> <p>Neste sentido, o CHEGA apresenta medidas concretas para apoiar o regresso dos portugueses emigrados, com destaque para os jovens. Propõe a criação de um Programa Regressar Young, com incentivos fiscais, apoio ao acesso à habitação, simplificação de processos burocráticos e programas de reintegração profissional.</p> <p>Prevede atrair talento português espalhado pelo mundo, oferecendo isenção de IRS nos primeiros anos de regresso, facilidades no crédito à habitação, e prioridade no acesso a programas de empreendedorismo e emprego.</p> <p>A par destas medidas, o partido sugere a revisão dos mecanismos de concessão de nacionalidade, defendendo que esta deve ser atribuída com base em laços efetivos com a cultura e história portuguesas, e não apenas por tempo de residência.</p> <p>No plano mais amplo, o CHEGA propõe que Portugal tenha plena soberania sobre a sua política migratória, mesmo no contexto europeu, e que recuse imposições comunitárias que contrariem os interesses nacionais. Para isso, quer fortalecer a cooperação com países de origem e trânsito para controlar fluxos e promover o repatriamento ordenado e digno de quem não tem condições legais para permanecer em território nacional.</p>	<p>A Iniciativa Liberal defende uma política de imigração clara, eficaz e baseada em mérito, que respeite os direitos humanos, mas que seja também transparente, controlada e funcional.</p> <p>O partido reconhece o valor da imigração para a economia e a demografia portuguesa, mas considera que o sistema atual está desorganizado, lento e permeável a abusos.</p> <p>Uma das principais propostas da IL é a eliminação do regime de "manifestação de interesse", que permite a regularização posterior de imigrantes com base apenas na permanência e promessa de trabalho. Este regime é considerado injusto, ineficaz e criador de falsas expectativas, além de descredibilizar o Estado. Em substituição, será criado um sistema de visto à entrada com critérios objetivos de acesso, com base em: Qualificações.</p> <p>Oferta de emprego.</p> <p>Nível de integração (língua, formação, histórico contributivo).</p> <p>Para tornar o sistema de imigração funcional e digno, a IL propõe um reforço substancial da AIMA (Agência para a Imigração e Mobilidade), com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Digitalização total dos processos.</li> <li>Interoperabilidade entre serviços públicos.</li> <li>Avaliação de desempenho das funcionários.</li> <li>Transparência nos tempos de espera e decisões.</li> <li>Outra proposta-chave é a criação de uma Unidade Única de Controlo de Fronteiras, que centralize e especialize a vigilância e gestão de entradas em território nacional, garantindo a segurança sem comprometer os direitos fundamentais.</li> </ul> <p>No que toca à emigração, a Iniciativa Liberal quer transformar Portugal num país onde os seus cidadãos não precisam de sair para procurar oportunidades, mas sim quem regressar. Para isso, propõe:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivos fiscais ao regresso de emigrantes qualificados.</li> <li>Facilitação do reconhecimento de qualificações obtidas no estrangeiro.</li> <li>Promoção da mobilidade circular, com acordos que permitam estudar, trabalhar e regressar com direitos garantidos.</li> </ul> <p>A IL pretende ainda facilitar o processo de integração de imigrantes legais, com: Fim do língua portuguesa.</p> <p>Acesso direto a autorização de residência.</p> <p>Vínculo ao trabalho e às contribuições sociais.</p> <p>Rejeição de ghetização ou de medidas que incentivem a separação cultural.</p>	<p>A Iniciativa Liberal defende uma política de imigração clara, eficaz e baseada em mérito, que respeite os direitos humanos, mas que seja também transparente, controlada e funcional.</p> <p>O partido reconhece o valor da imigração para a economia e a demografia portuguesa, mas considera que o sistema atual está desorganizado, lento e permeável a abusos.</p> <p>Uma das principais propostas da IL é a eliminação do regime de "manifestação de interesse", que permite a regularização posterior de imigrantes com base apenas na permanência e promessa de trabalho. Este regime é considerado injusto, ineficaz e criador de falsas expectativas, além de descredibilizar o Estado. Em substituição, será criado um sistema de visto à entrada com critérios objetivos de acesso, com base em: Qualificações.</p> <p>Oferta de emprego.</p> <p>Nível de integração (língua, formação, histórico contributivo).</p> <p>Para tornar o sistema de imigração funcional e digno, a IL propõe um reforço substancial da AIMA (Agência para a Imigração e Mobilidade), com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Digitalização total dos processos.</li> <li>Interoperabilidade entre serviços públicos.</li> <li>Avaliação de desempenho das funcionários.</li> <li>Transparência nos tempos de espera e decisões.</li> <li>Outra proposta-chave é a criação de uma Unidade Única de Controlo de Fronteiras, que centralize e especialize a vigilância e gestão de entradas em território nacional, garantindo a segurança sem comprometer os direitos fundamentais.</li> </ul> <p>No que toca à emigração, a Iniciativa Liberal quer transformar Portugal num país onde os seus cidadãos não precisam de sair para procurar oportunidades, mas sim quem regressar. Para isso, propõe:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivos fiscais ao regresso de emigrantes qualificados.</li> <li>Facilitação do reconhecimento de qualificações obtidas no estrangeiro.</li> <li>Promoção da mobilidade circular, com acordos que permitam estudar, trabalhar e regressar com direitos garantidos.</li> </ul> <p>A IL pretende ainda facilitar o processo de integração de imigrantes legais, com: Fim do língua portuguesa.</p> <p>Acesso direto a autorização de residência.</p> <p>Vínculo ao trabalho e às contribuições sociais.</p> <p>Rejeição de ghetização ou de medidas que incentivem a separação cultural.</p>	<p>Imigração</p> <p>O PCP propõe uma política humanista e integrada, com destaque para:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Valorização do contributo dos imigrantes para a economia nacional e a sociedade;</li> <li>Garantia de condições dignas de acolhimento e combate à exploração, racismo e xenofobia;</li> <li>Regras claras e procedimentos viáveis para a entrada e regularização definitiva;</li> <li>Reforço dos meios da AIMA (Agência para a Imigração e Mobilidade) e da ACT (Autoridade para as Condições do Trabalho) para:             <ul style="list-style-type: none"> <li>Combater o tráfico humano;</li> <li>Facilitar situações de trabalho sem direitos;</li> <li>Garantir a legalização efetiva.</li> </ul> </li> <li>Imigração (Comunidades Portuguesas)</li> <li>O PCP propõe medidas para apoiar os emigrantes e manter os laços com Portugal:             <ul style="list-style-type: none"> <li>Apoio aos portugueses no estrangeiro, assegurando os seus direitos sociais, laborais e de cidadania;</li> <li>Facilitação da ligação às comunidades através de serviços consulares reforçados e eficientes;</li> <li>Criação de condições para o regresso ao país, com políticas que incentivem o regresso voluntário e apoiado, nomeadamente no acesso à habitação, emprego e serviços públicos;</li> <li>Defesa da participação política das comunidades portuguesas no exterior.</li> </ul> </li> </ul>	<p>1. Política migratória assente em direitos humanos</p> <p>O LIVRE defende uma abordagem digna e justa para a imigração, combatendo a xenofobia e reconhecendo a contribuição dos migrantes para a sociedade portuguesa.</p> <p>A imigração é vista como um fator de desenvolvimento social, cultural e económico, e não como um problema a conter.</p> <p>2. Simplificação dos processos de regularização</p> <p>Propõe a aceleração e desburocratização dos processos administrativos para regularização de migrantes.</p> <p>Reformulação da atuação da nova Agência para a Imigração, Migrações e Asilo (AIMA) com foco na eficiência e proximidade ao cidadão.</p> <p>3. Integração plena de novos migrantes</p> <p>Acesso a:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Saúde;</li> <li>Educação;</li> <li>Habitação;</li> <li>Mercado de trabalho;</li> <li>Serviços públicos essenciais.</li> </ul> <p>Promoção da igualdade de direitos e oportunidades.</p> <p>4. Combate ao racismo e à xenofobia</p> <p>Implementação de campanhas de sensibilização intercultural.</p> <p>Formação antirracista obrigatória para funcionários públicos, forças de segurança e profissionais de serviços públicos.</p> <p>5. Revisão da Lei da Nacionalidade</p> <p>Atribuição automática da nacionalidade a todas as pessoas nascidas em território português, independentemente da nacionalidade dos pais.</p> <p>Reconhecimento da nacionalidade portuguesa a cidadãos nascidos em Olivença, se assim o desejarem.</p> <p>6. Regulação do estatuto do apátrida</p> <p>Reconhecimento legal e proteção dos direitos de pessoas sem nacionalidade, permitindo acesso à cidadania e aos serviços essenciais.</p> <p>7. Fim dos Vistos Gold e Green</p> <p>Encerramento definitivo dos programas de cidadania por investimento, considerados veículos de especulação imobiliária e desigualdade no acesso à nacionalidade.</p> <p>8. Política de regresso de emigrantes</p>